

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER  
Trabalho de Conclusão de Curso



**MULHERES NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA:  
UMA PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA  
CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPÍRITO MILITAR**

**ROSILENE OLIVEIRA**

Brasília, DF  
Agosto de 2006

**ROSILENE OLIVEIRA**

**MULHERES NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA:  
UMA PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA  
CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPÍRITO MILITAR**

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Serviço Social elaborado sob a orientação  
do Professor Mestre Luiz Fernando, do  
Departamento de Serviço Social da  
Universidade de Brasília

Universidade de Brasília  
Brasília, Agosto de 2006

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a **Deus** por ter iluminado o meu caminho e por todas as bênçãos e glórias concebidas durante o curso.

A minha mãe, **Maria do Socorro** e a minha irmã **Lúcia Helena**, que mesmo de longe, me deram força e apoio necessários para que eu chegasse aqui.

Ao meu amigo, **Tiago Sbardelotto**, por todo o carinho, atenção e ajuda.

Ao meu companheiro de trabalho, **Giordane**, pelo apoio e facilidade que propiciaram minha chegada até aqui.

Aos meus amigos **Rafael**, **Layanna** e **Leno** por partilharem comigo desta trajetória.

A minha amiga, **Eliane**, pelo apoio e presença nos momentos mais árduos da minha caminhada, dividindo comigo os momentos de tristeza e alegria.

Ao colega **Rafa** da secretaria do Departamento de Serviço Social, pelas ajudas nos problemas burocráticos.

A amiga **Daniele**, que mesmo de longe, apoiou-me em todas as etapas dessa caminhada.

Aos profissionais que aceitaram participar da pesquisa, os sargentos do controle de tráfego aéreo, as mecânicas de vôo, pela coragem, as pioneiras no ingresso a Força Aérea. Obrigada!

Ao professor **Luiz Fernando**, por ter aceitado me orientar. Muito obrigada pela atenção!

E também a todos aqueles que me auxiliaram direta e indiretamente a trilhar esse caminho extenso e árduo, em especial a professora **Patrícia**.

**Temos o direito de sermos iguais  
quando as diferenças nos inferiorizam  
e temos o direito de sermos diferentes  
quando as igualdades nos escravizam.”**

**Boaventura de Souza Santos**

## RESUMO:

A categoria gênero como resultante da construção de verdades, enquanto instrumento de dominação nas relações sociais, quem molda a entrada das mulheres no espaço público, como uma das estratégias capitalistas na obtenção de lucro na substituição do trabalho masculino, o que refletiu nos olhares dos homens sobre elas, passando a enxergá-las como concorrentes em potencial no mercado de trabalho. No decorrer do processo de emancipação do mercado brasileiro, as mulheres atingem a igualdade jurídica e supostamente social, porém vão sofrendo sutis exclusões por uma legislação trabalhista populista com a implementação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas e assim fica demarcada sua entrada no espaço público. Posteriormente, a partir da década de 1980, elas passam a compor alguns quadros das Forças Armadas, refletindo a mesma lógica complementar que acompanha sua trajetória. No entanto, passam a incorporar uma Instituição que também passa por profundas mudanças sociopolíticas refletidas num processo de mudanças no espírito militar, enquanto fenômeno social – relação Sociedade e Organização Militar. A entrada dessas mulheres no militarismo, levando-se em conta com quais intenções estas se propuseram a participar dessa dinâmica, assim como de que forma os que fazem parte dela aceitaram e aceitam essa participação que revelaram como vem sendo a contribuição dessas mulheres na formação desse novo espírito militar.

## I – SUMÁRIO

Introdução _____	08
CAPÍTULO I A mulher no mundo do trabalho _____	10
1.1 – Articulado gênero e trabalho _____	10
1.2 - Mulher no espaço público _____	14
1.3 - A sutil exclusão da mulher por uma legislação trabalhista populista _____	17
CAPÍTULO II Elas penetram no espaço tradicional da masculinidade _____	23
2.1 – Militarismo – Aspectos históricos percussores do espírito militar de antes e de hoje _____	23
2.2 – A entrada das mulheres nas Forças Armadas _____	32
2.3 – As mulheres na Força Aérea Brasileira _____	39
CAPÍTULO III O reconhecimento do espaço da mulher dentro da Organização _____	43
3.1 – Considerações sobre a pesquisa _____	43
3.2 – Processo de realização do trabalho de campo _____	44
3.3 – Perfil dos militares participantes da pesquisa _____	44
3.4 – Relações de gênero no serviço militar _____	45

3.5 O espírito militar na contemporaneidade e a participação feminina_____	52
Considerações finais _____	55
Referências bibliográficas _____	57
Anexos_____	60

## **INTRODUÇÃO:**

Este recorte foi vislumbrado a partir da experiência de trabalho, enquanto militar da Força Aérea Brasileira, participante do QSS – quadro de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica Brasileira, atuando como única mulher e pioneira no Centro de Operações de Defesa Aérea na função de apoio técnico, onde pude perceber inicialmente algumas especificidades no tratamento dado às mulheres militares.

Mediante a percepção dessas com relação ao seu papel dentro da organização, assim como a de seus pares, superiores e subordinados, durante o período de três anos pude observar aspectos relevantes nas relações de gênero dentro da Instituição, levando-me a questionar: em que a entrada dessas mulheres na Organização contribui para a construção de um novo espírito militar, diante de seu aumento no contingente em áreas de atuação, tais como controle de tráfego aéreo, mecânica de aeronaves e manutenção de radares que representam o a priori da Organização.

Então, foi a partir desta observação que surgiu o interesse por este tema. Porém, a realização desse trabalho foi um grande desafio, principalmente pelo fato da temática ainda não ter sido muito explorada na produção literária nacional e pela insuficiência de dados recentes disponíveis e detalhados nesse âmbito.

A pesquisa se destina a verificar qual a percepção que a mulher militar e seus pares têm do papel da mulher dentro da Força Aérea e no que isso reflete nas relações de trabalho e, por conseguinte no espírito militar, levando-se em conta a lógica organizacional militar que condiciona as micro-relações de trabalho.

Observa-se a partir do meado do século XX em diante, um aumento expressivo da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Conforme mostram as estatísticas do IBGE a PEA (População Economicamente Ativa) feminina passou de 14,7 % em 1950 para 37,8% em 1970 e em 2006 chegou a 43,70%. Entretanto, no serviço militar da Força Aérea Brasileira elas ainda são poucas, representando cerca de 12,9% do total do efetivo em atividade.

Por isso, foi escolhido como campo de estudo o CINDACTA I – Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego, como unidade operacional de referência da Força Aérea Brasileira, localizado na cidade de Brasília no Distrito Federal, onde o contingente feminino em função operacional é de maior representação.

Para tanto, o trabalho monográfico será dividido em três capítulos: o primeiro se centrará nas questões teórico-históricas em relação à mulher e trabalho, o segundo sobre a entrada das mulheres nas Forças Armadas e no último busca-se enfatizar a análise dos dados da pesquisa, a partir da percepção de homens e mulheres sobre o papel da mulher militar.

No primeiro capítulo, discutiremos gênero e trabalho, demarcando a diferenciação dos papéis masculinos e femininos, que refletem na esfera da produção e reprodução das relações sociais, e conseqüentemente, na divisão social e sexual do trabalho; também situaremos o processo de saída das mulheres do espaço privado do lar e sua inserção no espaço público.

Já no segundo, serão abordados os aspectos históricos percussores da construção do espírito militar, levando-se em conta o militarismo enquanto fenômeno social e como se deu a entrada das mulheres nas Forças Armadas no Mundo e no Brasil.

Por último, iniciar-se-á com um breve comentário sobre a pesquisa, explicando o processo de realização do trabalho de campo e traçando o perfil dos militares entrevistados. Em seguida, explicitar-se-á como se dão as relações de gênero no serviço militar, segundo o conteúdo dos dados extraídos da pesquisa e por fim, como fica a participação feminina no espírito militar na contemporaneidade.

É importante ressaltar que a temática escolhida é pertinente porque mostra parte do universo vivenciado por mulheres em cargo de forte representação masculina e política, e também por ter a intenção de proporcionar uma breve contribuição científica para o melhor conhecimento desta realidade.

## A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

### 1.1 Articulando Gênero e Trabalho:

Enquanto “o elemento determinante na história, em última instância, é a produção e reprodução da vida imediata” (Marx, 1980, p.50), os subsídios para a evolução das técnicas para tal, entre outros, o estabelecimento de uma ordem moral e social enquanto processo sui generis na sociedade, “se faz diante da estratificação da mesma em estruturas de classes, limitativas das potencialidades humanas, utilizando-se de crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certos contingentes populacionais” (Saffioti, 1976, p. 27). Sob os critérios de divisão social do trabalho, não é interessante para a dinâmica socioeconômica subsidiar que o ser humano se realize de forma plena, mas que desenvolva habilidades convenientes ao papel que desempenhará ao longo de sua vida. Dessa forma, a divisão sexual dos papéis, assim como a de classe, condiciona homens e mulheres ao exercício de funções específicas e se estendem a todas as funções orgânicas e sociais da estrutura da sociedade.

*“Do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva.” (SAFFIOTI, 1976, p.29)*

Na medida em que o Capitalismo explicita a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade, utilizando-se da tradição para justificar a marginalização total ou parcial de certos setores da população, a categoria gênero, segundo Scott (1999), surge como uma forma primária de dar significado as relações de poder (mesmo que não seja a única), ou seja, é o campo primário, no interior, ou por meio do qual o poder é articulado, construindo socialmente, sob aspectos biológicos, conceitos que vão além de homens e mulheres concretos, possibilitando diferenciações entre pessoas, coisas ou situações vivenciadas, tornando-se uma condição mutável e conjuntural e tão quanto subsidiária da divisão social dos papéis.

*“(...) as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno.” (SAFFIOTI, 1988, p. 185)*

Entendendo a racionalidade dominante de uma dada sociedade proveniente de construções de verdades que produzem valores sociais percussores de relações de poder, que por sua vez, caracterizam o corpo social. O exercício desse poder dever-se-á mediante organização e circulação de um saber, ou melhor, aparelhos de saber (Foucault, 1999).

*“(...) ao mesmo tempo em que se produz verdade para subsidiar as relações sociais, que são relações de dominação, o poder, na forma de verdade, expresso em leis, nos julga, condena, classifica e nos obriga a desempenhar tarefas e viver conforme convenções determinadas.” (FOUCAULT, 1999, p. 180)*

Como base de todo sistema de relações sociais entre os sujeitos que pode incluir o sexo, mas não determinado por ele, os papéis de gênero, sendo socialmente construídos a partir de um conjunto de normas e prescrições que a sociedade e a cultura ditam, contribuem para a construção do imaginário masculino e feminino, pois segundo Gramsci (2004),

*”pela própria concepção do mundo, pertencemos a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir (...) o modo de pensar é o modo social de ser.” (p.94)*

Dessa forma, ser homem ou mulher é expressão categorial do gênero, cuja racionalidade, segundo acepções de Gramsci (2004) - ao entender a masculinidade como estrutura das relações sociais - está relacionada a uma masculinidade hegemônica (superestrutura), que é manipulada pela estrutura (representada pelas relações de produção), desempenhando papel regulamentador da moralidade e costumes nas relações sociais, enquanto dispositivo ideológico. Em que representando modelo ideal que se deseja atingir, exerce poder controlador sobre homens e mulheres, podendo tal comportamento ser adotado tanto pelo primeiro como pelo segundo.

Para Gramsci (2001), a racionalidade da sociedade na perspectiva capitalista decorre da dinâmica de produção e do trabalho, onde há um conformismo entre superestrutura e estrutura no que tange pensamentos e vontades no interior das relações sociais do processo produtivo, refletido na necessidade de uma moralidade de costume ao trabalhador, costume esse que se conformaria diante nas

necessidades de produção, envolvendo, dentre outras ideologias, uma ideologia hegemônica de classe sobre a questão sexual presumindo em determinações de gênero, onde a pressão coercitiva da questão sexual se faz sobre toda a área social, passando todas as classes sociais.

Dentro dessa racionalidade, as identidades de gênero<sup>1</sup> (definição social do sexo) são demarcadas por espaços próprios a cada sexo<sup>2</sup> – público e privado, cujo processo de socialização dá início na infância, onde mulheres, desde então, são condicionadas a internalizarem seu papel social a priori – o doméstico, restrito ao âmbito privado, e homens a assumirem a gestão do espaço público.

Essa restrita responsabilidade do âmbito privado destinada historicamente às mulheres foi fundamental para transcendência às relações econômicas do Capitalismo, onde a Instituição família deixando de ser o centro da economia, enquanto unidade diretamente ligada à produção, transferindo tal responsabilidade para o âmbito público – o Estado e as relações de produção, faz com que a espacialidade do público e privado fique mais bem estabelecida diante da divisão de funções classificadas como domésticas e funções diretamente econômicas, assumindo a mulher responsabilidades sobre as primeiras e homens sobre esta última<sup>3</sup>.

*“A velha sociedade baseada nos laços do sangue explode no choque das classes sociais novamente desenvolvidas; dá lugar a uma sociedade nova, concentrada no Estado, (...) sociedade onde a ordem familiar é dominada pela ordem social – onde se desdobram as lutas de classe que constituem a matéria de toda a história escrita até os nossos dias. (ENGELS, 1884, p. 10)”*

Essa evolução da divisão entre espaço público e privado, que acompanhou a formação econômica capitalista, sempre contou com grande absorção da mão-de-obra de mulheres no sistema de produção. Mas tal fato se restringe a determinados momentos históricos, tal como foi a passagem da fase pré-capitalista para o capitalismo - expressão de diminuição do emprego de mão – de - obra feminina em funções diretamente produtivas, levando Marx (1980) a afirmar que *“a medida de evolução de uma época histórica é determinada pela relação entre o progresso da mulher e da liberdade, pois a relação entre o homem e a mulher, entre o fraco e forte,*

---

<sup>1</sup> “A identidade de gênero refere-se às representações que os indivíduos têm de si mesmos, enquanto que as representações de gênero dizem respeito à representação que se faz dos outros ou de alguma questão relacionada ao gênero”. (Grossi, 1998, p. 223)

<sup>2</sup> “(...) pelo dispositivo de sexualidade se produziu, em determinado momento, como elemento essencial de seu próprio discurso e talvez de seu próprio funcionamento, a idéia de sexo.” (Foucault, 1999, p. 259)

<sup>3</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. Vol. 4 RJ. Ed. Vozes 1976.

*fazem ressaltar o triunfo da natureza sobre a bestialidade*” (p. 44). Sendo assim, a posição funcional da mulher dentro da sociedade é variável a se medir ao verificar o tipo de conjuntura vivida.

Tendo a democracia ocidental evoluído junto à estrita definição entre o público e o privado, representando segundo Foucault (1999), “*a constituição de um direito público acompanhado por uma cultura democrática, onde se articula uma soberania coletiva com mecanismos de coerção disciplinar*” (p.133), utilizou-se como discurso hegemônico a dualidade positivista homem/cultura e mulher/natureza, enquanto lei de equilíbrio histórico – a ordem patriarcal, fazendo da família a Instituição mais repressora da mulher, e da dominação masculina um fator natural reflexo do biológico, onde o patriarcado, enquanto rede de conceitos e controle social, transforma os laços afetivos entre homens e mulheres, mães e filhos, pais e filhos e mulheres entre si, numa hierarquia sob detenção do poder pelo homem, estendendo-se por toda a sociedade.

*“(...) para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura.” (CASTELLS, 1999, p. 169)*

A extensão da dinâmica das relações familiares ao espaço público, como um todo definindo o ser social feminino, faz do patriarcado a base da moral burguesa e conseqüentemente da racionalidade capitalista, organizando as funções e práticas sociais das mulheres, circunscrevendo suas atividades e sua importância sócio-econômica sob representações e imagens negativas que vem percutindo ora de forma suave e ora rispidamente no cotidiano das relações sociais.

*“A construção e desvalorização do ser mulher aparecem como resultado de uma essência atrelada a um corpo deficiente, a um espírito fraco superficial, a uma moral escorregadia e duvidosa que pedem uma vigilância constante e a domesticação de seus pendores para o deslize e o mal.” (NAVARRO - SWAIN, 2004, p. 46)*

Segundo Foucault (1999), o discurso naturalizado, enquanto verdade numa sociedade é proveniente da vinculação da disciplina – que exerce papel de mecanismo de dominação - na transformação do discurso em regra, não a priori na forma de lei jurídica, mas de regra natural que definirá uma normatização estereotipada em convenções sociais. Diante desses mecanismos de coerção na finalidade de promover a coesão de um corpo social, as convenções sociais, constituem-se enquanto verdades no espaço cultural democrático, que segundo Gramsci (1999), mediante este representar um suposto espaço de lutas políticas entre

micro aparelhos de hegemonia de poderes (representativo de interesses de pequenos grupos) também expressa inferiorização de determinadas categorias sociais.

A inferiorização social do feminino que tem sido alvo a mulher foi o que ofereceu grandes vantagens em maior extração de mais-valia em períodos decisivos da evolução do sistema capitalista. Este sendo um processo de estrita individualização fez com que a mulher contasse com uma dupla desvantagem em relação ao homem, primeira em nível de superestrutura, onde se predominava o mito da supremacia masculina, subvalorizando as capacidades femininas e outro em nível de estrutura, onde à medida que se desenvolvem as forças produtivas, as mulheres passam a acompanhá-las na periferia do sistema.

### **1.2 Mulheres no Espaço Público:**

No Brasil, a Revolução de 1930, marca o fim de um ciclo de hegemonia agrário – exportadora e o início da economia de base urbano-industrial, tendo, em 1956, a renda do setor industrial superado a da agricultura. Tal transformação implicou em novas correlações de forças sociais, reformulação do aparelho e da ação estatal no que tange as relações de trabalho, principalmente no que se refere ao seu preço. Criaram-se condições institucionais para subsidiar a expansão de atividades produtivas relacionadas ao mercado interno.

O principal critério para tal expansão se resumia em penalizar o custo e a rentabilidade da economia agrário-exportadora. Utilizou-se ainda da regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital, considerada segundo Oliveira (2003), uma das mais importantes contribuições para o crescimento econômico do país, já que criava medidas com finalidade de instaurar um novo modo de acumulação. O Estado nesse contexto assume papel de institucionalizador (articulador) das regras que regem o mercado, intervindo na esfera econômica de maneira a fixar preços, distribuir ganhos e perdas aos diversos extratos ou grupos das classes capitalistas que se formavam nesse processo. Ao setor agrícola procurou-se preservar a “forma primitiva” de acumulação de capital, não tendo sofrido quaisquer percussão da legislação trabalhista, já que era estratégico permitir a continuidade das mesmas relações de poder provenientes do modelo anterior neste setor de produção, diante da importância que o mesmo tinha para as exportações.

A Legislação Trabalhista igualava os trabalhadores segundo parâmetros da base desqualificada dessa categoria, reduzindo a situação de não-qualificados aqueles que possuíam algum grau de especialização. Convertendo todos que viviam do trabalho a um denominador comum, propiciou a formação de um

enorme “exercito de reserva” de mão-de-obra propício à acumulação – foi o que se caracterizou como um grande impulso a uma nova etapa de crescimento da economia brasileira.

Dessa forma, com breve passagem das mulheres pela indústria, nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, nas primeiras décadas do século XX onde permaneceram até 1930, deixou-se para os homens um padrão salarial miserável, que embora elas representassem número elevado de trabalhadoras presentes não chegaram a conquistar de fato este setor do mercado, mediante a própria legislação trabalhista redefinir indiretamente seu lugar na nova esfera das relações de trabalho na medida em que se desenvolvia o processo urbano-industrial acompanhado da incorporação da força de trabalho masculina.

Mistificados pela precária condição de trabalho, os homens em movimento operário (embora ainda não fossem maioria nessa categoria, diante do contingente de mulheres e crianças) contribuíram decisivamente na intenção da elite industrial burguesa de promover o deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho fabril e vida social para o reduto do lar. Diante do crescimento urbano acelerado, com grande contingente de trabalhadores excedentes, fez-se urgir uma moral social que procura redefinir o lugar dessas mulheres na sociedade, justamente no momento em que abriam novas perspectivas de trabalho e de atuação – formação de uma moderna esfera pública – alegando ser o espaço público ameaçador a moralidade das mesmas e das crianças.

*“A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria (...). Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo seu trabalho remuneração suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina”. (SAFFIOTI, 1976, p. 41-42)*

Dentro desta perspectiva, argumentaram muitos médicos e higienistas da época que o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família, *“as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição.”* (RAGO, 1997, p.589) Dessa forma, na intenção de restringir a mulher ao âmbito doméstico, a ideologia da maternidade foi revitalizada pelo discurso masculino, procurando estabelecê-la como principal missão da mulher no mundo.

*“(...) os problemas de ordem natural, são por assim dizer, tornados sociais (...) A maternidade não pode ser encarada como responsabilidade exclusiva das mulheres. Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres.” (SAFFIOTI, 1976, p.50)*

Diante da lógica da industrialização, segundo gestão de mão-de-obra de trabalho, que significa livrar-se do custo de reprodução da força de trabalho de dentro das próprias empresas industriais, fez-se necessário o surgimento de um outro espaço de relações de trabalho, que cresceu no mesmo tempo que o setor industrial na proporção econômica, porém com maior absorção de trabalho vivo – o setor de serviços. Foi espaço estratégico para a exploração da mão-de-obra e acúmulo de capital, tendo entre 1939 e 1969, participação no produto interno líquido entre 55% e 53%, com absorção de 38% da força de trabalho total, contra no mesmo período, variação de 19% para 30% de participação do setor industrial, com absorção de força de trabalho de 18%<sup>4</sup>.

*“(...) as variações do incremento do emprego no Secundário são, em boa medida, conjunturais; (...) as maiores taxas de incremento do emprego nos serviços de Consumo Pessoal – o “inchaço”- se dá exatamente quando o incremento do emprego no Secundário se acelera.” (OLIVEIRA, 2003, p. 65-66)*

Mediante a nova lógica da divisão do trabalho, o Setor de Serviços, como mediador da acumulação diante da exploração do trabalho vivo, com níveis baixíssimos de salário, transmite o excedente do trabalho produzido (mais-valia), às unidades centrais do sistema de economia. Tal estratégia se faz necessária no Brasil mediante o processo de reprodução de capital ter obrigatoriamente pulado etapas, no que se refere ao padrão clássico de desenvolvimento, começando seu processo de industrialização com absorção de tecnologias que dispensavam a mão-de-obra humana, dificultando tanto os meios convencionais de extração de mais-valia, como reduzindo o circuito de realização interna do capital. A busca de soluções foi incentivar o crescimento deste Setor, de forma horizontal, sem praticamente nenhum apoio econômico do Estado, fundando-se basicamente na organização de pequenos proprietários e grande contingente de mão-de-obra barata.

A evolução do Setor de Serviços, segundo Oliveira (2003), acompanhou, ou melhor, resultou no crescimento de uma periferia onde predominam

---

<sup>4</sup> Dados extraído da obra: OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. (p.54-55)

padrões de relações de exploração que são em longo prazo, a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema capitalista. Extratos da sociedade que possuem maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, tal como o proveniente das relações de gênero, faz-se notar em maior predominância nesse espaço, mediante a flexibilidade que o mesmo proporciona, quanto a contratos de trabalho e carga horária. A situação de acúmulo de funções da mulher, diante das convenções instituídas pela própria Legislação Trabalhista, de dupla jornada, faz com que a mesma procure dentro do Setor de Serviços empregos informais e temporários, fato que contribui para a precarização e ocupação de espaços periféricos no mundo do trabalho, e este por sua vez, estimula sutilmente a reprodução dessa racionalidade mediante a obtenção de acúmulo de capital.

De fato, fica explícita a necessidade de analisar os processos de trabalho sob o prisma das relações de gênero, já que ele é eixo articulador das relações sociais e conseqüentemente reflexo da estrutura produtiva de uma determinada sociedade, determinando formas de oferta de emprego, ingresso e movimentos sociais de indivíduos no mundo do trabalho.

### **1.3 A Exclusão Sutil da Mulher Diante de Uma Legislação Trabalhista**

#### **Populista:**

A questão da proteção do trabalho da mulher chega ao espaço público a nível internacional com o fim da Primeira Guerra Mundial, que com o Tratado de Versalhes, fica acertado entre os países participantes a recomendação de pagamento de salário igual para igual trabalho, pois urgia, na eminência de ocorrer condições desiguais no mercado mundial de produção e equivalência nos custos de produção dos países envolvidos, além de se querer preservar o emprego da mão-de-obra masculina.

Dessa forma, é fundada em 1919 a OIT – Oficina Internacional do Trabalho, que em 1946 se associou a ONU – Organização das Nações Unidas, com a finalidade de: estabelecer a justiça social; melhorar as condições de trabalho – como única maneira de se alcançar a paz universal e permanente; conseguir a adoção de um regime uniforme de trabalho realmente humano<sup>5</sup>. Quanto à proteção da mulher, a OIT se pautou na suposta fragilidade física e na questão da maternidade.

---

<sup>5</sup> Conselho Nacional do Direito da Mulher. Mulher e Trabalho. Brasília, 1985

No Brasil, a preocupação com a exploração do trabalho da mulher aparece em 1920, sob pressão do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras que vinha crescendo na época. Foi em 1923 que se regulamentou a concessão de licença maternidade de 30 dias antes e após o parto, assim como foi regulamentado o trabalho dos menores nas fábricas (nº 1.596 de 1917) e o decreto nº 3.724 de 1919 que tratou dos acidentes de trabalho.

Embora o período de 1917 a 1920 tenha colocado pela primeira vez a questão social na cena política pelo movimento de trabalhadores, não percutiram em prática legal até o Governo Vargas, pois nesse período chegou-se a criar um código de trabalho, onde se previa fixar 8h de trabalho diário, reparar danos sofridos em acidentes de trabalho e regulamentar o trabalho do menor, assim como no que se refere à mulher, permitir-lhe contratar emprego sem autorização do cônjuge, em jornadas de 8h com proibição do trabalho noturno e prévia licença de 90 dias para gestante. Porém, o código encontrou resistência dentro e fora do congresso, sendo julgado como imoral no que se refere sobre a liberdade da mulher em contratar emprego sem autorização marital. Dessa forma, só com o Governo Vargas que a preocupação com o trabalho feminino se expressou numa legislação substantiva, já que o Estado, em seu espírito reformador, assume uma postura de árbitro na luta entre capital e trabalho<sup>6</sup>.

O regresso das mulheres ao espaço público é também marcado pela vitória feminista<sup>7</sup>, quanto ao sufrágio, reconhecendo-as enquanto cidadãs, no sistema social e político, que na Inglaterra e EUA foi consentido em 1924, passando as mesmas a terem direito de votar e serem votadas. No Brasil, o mesmo ocorre em 1932, no governo Getúlio Vargas, diante de pressões do movimento feminista internacional.

Mediante lutas e greves dos trabalhadores, no mesmo ano, o Governo assina decreto em 17 de maio de 1932 - o marco da legislação protetora do trabalho feminino, constando leis que regulamentaram: salário igual, sem distinção de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil, proibição de emprego de mulheres em indústrias insalubres; assistência médica e sanitária à gestante; licença para gestante pré e pós – parto sem prejuízo no salário e previdência a favor da maternidade. Tais direitos passaram a constituir direitos assegurados constitucionalmente, com a promulgação da Carta Magna de 1934.

---

<sup>6</sup> Conselho Nacional do Direito da Mulher. Mulher e Trabalho. Brasília, 1985

<sup>7</sup> Um movimento que, até então, era de predominância da classe média que se identificavam com o liberalismo burguês, cuja maior aspiração era pela igualdade social e econômica de tratamento político e legal como homem. Seus progressos foram limitados, mediante não corresponderem as perspectivas das mulheres operárias, que estavam mais empenhadas em suprir suas necessidades imediatas.

Com a instauração do Estado Novo, pelo golpe de 1937 por Vargas, a Carta de 1937 incorpora quase todos os direitos trabalhistas menos um direito fundamental: o direito à igualdade de salários para o trabalho de igual valor e assim como pôs os sindicatos sob tutela estatal, despolitizando o movimento trabalhista.

Diante da idéia predominante da época de que a mulher “naturalmente” era subordinada ao homem, promulgou-se a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, assegurando uma proteção especial à mulher: “a peculiaridade das condições da mulher referiam-se simplesmente a como garantir que ela, apesar de uma trabalhadora assalariada, continuasse a desempenhar adequadamente suas tarefas reprodutivas domésticas e não pagas, em outras palavras, como inscrever em lei suas peculiares condições de exploração.” (PENA, 1985, p. 15) Somado a isso, incorporou-se a CLT o art. 446 que permitia ao marido ou pai rescindir o contrato de trabalho da mulher, caso alegasse ameaça aos vínculos da família ou prejuízo de ordem física ou moral.

*“O papel materno e de dona-de-casa da mulher fica coercitivamente legitimado pelo Estado, onde as creches, por exemplo, eram consideradas direitos de mulheres e não do grupo trabalhador; para o trabalho noturno, a mulher teria que apresentar atestado de moralidade, bons costumes e saúde mental e quanto a equiparação salarial era ambígua.” (PENA, 1985, p. 16)*

Assim fica clara, como a valorização da participação da mulher na esfera do trabalho, a fim de liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha na Segunda Guerra Mundial, estabelecia os encargos da responsabilidade dupla da mulher diante das urgências da sociedade.

Com o fim da Segunda Guerra, inicia-se um processo de redemocratização, com a Carta Constitucional de 1946, incorporando os direitos trabalhistas já consagrados na Constituição anterior e procurou ampliá-los, reiterando o direito à igualdade salarial para um mesmo trabalho.

Nesse contexto, a situação e posição da mulher trabalhadora, que veio se alterando desde o intenso processo de industrialização dos anos 50, que somado ao surgimento e crescimento do movimento feminista na década de 1970, bem como a organização e mobilização de mulheres trabalhadoras, contribuíram para o início de mudanças na mentalidade de homens e mulheres e avanços na conquista de direitos iguais para ambos os sexos. Porém, as mudanças na legislação que acompanharam esse processo são poucas, quase inaltera a condição implícita da mulher de dupla exploração e exclusão. As modificações se referem à prorrogação na jornada de trabalho, licença maternidade e trabalho noturno.

A modificação fundamental veio com a lei 7.184 em 1984, que permitiu o trabalho noturno de mulheres maiores de 18 anos em todos os setores, proibindo apenas atividades industriais, com exceções. Hoje, a proibição foi revogada pela lei nº 7.855, tendo o trabalho noturno valor adicional de 20% no mínimo do valor do salário.

Em 1967, referente à licença maternidade, acrescentou-se ao texto original o direito a 12 semanas de repouso, hoje estendido a 120 dias, podendo ser aumentado para mais 2 semanas.

Quanto à igualdade de tratamento dos sexos no trabalho, a lei nº 4.121, agosto de 1962, conhecida como o Estatuto da mulher casada, emancipou a mulher conferindo-lhe plena capacidade civil, o que contradizia o Art. 446 da CLT, que permitia ao marido intervir no seu contrato de trabalho, até 1989, quando foi criada lei 7.855, que o revogou.

A Legislação protetora do trabalho da mulher representou avanços do ponto de vista da conquista de direitos sociais e melhoria de condição de vida, porém há ineficiência quanto à fiscalização dos órgãos competentes e diversas ambigüidades.

Diante disto, as mulheres passam não ser mais atrativas em setores da economia onde se tenha um vínculo empregatício mais conciso e que faça parte da centralidade da dinâmica econômica, deslocando-se para o Setor de Serviços.

Em 1950, mulheres representavam 14,7% da população em atividade diretamente econômica, partilhando do setor primário em 7,3%; secundário em 17,4% e terciário em 32,2% (de todas as que participavam de atividades econômicas extra domiciliar, as mulheres não ultrapassam 11,3%). Com o surto industrial em 1960, a participação feminina aumenta para 17,9% da totalidade em atividades diretamente econômica, graças ao aumento percentual feminino de 10% na atividade primária, pois há transferência da demanda masculina para os meios urbanos. Na década de 70, a participação feminina no setor terciário é de 37,8% da sua totalidade economicamente ativa contra 12,2% do setor secundário. Sendo as mulheres, entre 1960 e 1970, 50,5% da população apta a esfera do trabalho, apenas 13% desse contingente é ativa, contra 36% dos homens na mesma faixa etária<sup>8</sup>.

No referente ao período de 2002 a 2006, o coeficiente de variação da taxa de mulheres aptas ao trabalho é praticamente constante, ficando em 0,7% ao ano. Em 2002, elas representavam 53,16% da totalidade, estando ocupadas em

---

<sup>8</sup> Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral, 1970, Fundação IBGE, Rio de Janeiro (Saffioti, 1976, p 240-243)

alguma atividade econômica 42,39%; em 2003, a ocupação passa a 42,76 %; em 2004 é de 43,18 %; subindo em 2005 para 43,48% e neste ano, chegam a 43,70%<sup>9</sup>.

Segundo levantamento estatístico do IBGE, dos motivos apontados pelas mulheres, como percussores da sua situação de desocupação, o mais relevante causador foi o peso das responsabilidades dos afazeres domésticos com 36,70%, contra 1,23% dos homens que alegaram este ser o motivo. Quanto à preferência por setor a se trabalhar, em caso de oportunidade, as mulheres, com 54,90%, apontaram para o setor de serviços como o de melhor opção<sup>10</sup>.

Evidencia-se, diante dos dados apresentados pela fundação IBGE, que as mulheres passam a ter maior representatividade no mercado de trabalho, a partir do momento que emerge o setor de serviço, como já explicitado em item anterior, no que tange as especificidades da formação desse setor, cuja flexibilidade, acompanhada da precariedade das relações trabalhista, utiliza-se mais uma vez das especificidades da mão-de-obra feminina, norteadas pela dicotomia do público e privado, do qual o primeiro, enquanto conquista civil de mulheres na participação do contrato social dentro do espaço público democrático, carrega a convenção das reproduções, enquanto forma de extensão das relações domésticas ao meio público.

Assim, a questão da mulher no mundo do trabalho pode ser encarada como reflexo histórico de tendência tanto liberal na medida em que são declaradas iguais inseridas no conceito de gênero humano – onde todos são iguais perante a lei; como da democracia social, onde é declarada igual ao homem, na perspectiva da sociedade conjugal (igualdade de cônjuges) e na igualdade administrativa da educação dos filhos.

Diante dos vários papéis acumulados pelas mulheres no decorrer da história do desenvolvimento das relações sociais, ainda hoje, diante de um sistema democrático de igualdade jurídica e supostamente social, as mesmas sofrem sob efeito de marcas profundas dessa trajetória, exclusões em vários espaços políticos<sup>11</sup>, como, por exemplo, academias militares e parlamentos, espaços ainda hoje demarcados por pouca representatividade quantitativa e qualitativa de mulheres, mediante estes ainda se expressarem como representantes, a priori do masculino. Faz necessário, nesses espaços, analisar com que intenção essas mulheres entram nesses espaços, e como se dá a aceitação dessas por aqueles que já fazem parte

---

<sup>9</sup> Fonte: Tabulação extraída do Banco de Dados Agregados do IBGE, mês de referência: março. Site: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>10</sup> Fonte: Tabulação extraída de indicadores de trabalho e educação do IBGE 1996. Site: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>11</sup> O conceito de espaço político, aqui, refere-se ao que Gramsci (2002) diria espaços de luta entre aparelhos privados de hegemonia, representativos do interesse de determinados grupos, na construção de um espaço cultural democrático.

dele, para se qualificar as relações sociais provenientes do processo de trabalho dessas mulheres em instituições tradicionalmente masculina, tendo como a priori, identificar qual a consciência que as mesmas têm de si enquanto mulher ser social no mundo do trabalho.

## **ELAS PENETRARAM NO ESPAÇO TRADICIONAL DA MASCULINIDADE: O MILITARISMO**

### **2.1 Militarismo – Aspectos Históricos Percussores do Espírito Militar de Antes e de Hoje:**

O militarismo enquanto fenômeno social tem sua dialética de desenvolvimento na interação com o meio social que pertence, modificando-se conforme os acontecimentos e conjunturas nacionais e internacionais.

Segundo acepções marxistas, ele é representante da essência política de determinadas classes, pois segundo Lênin (1987), “*a divisão da sociedade em classes antagônicas deu origem a um aparelho especial de violência: o Estado, onde o Exército tomou-se um atributo inseparável desse Estado de classes*” (p. 16). Tem a função, a priori, de atuar quando necessário em divergências internas e externas do país, para assegurar integridade das fronteiras.

Baseado em normas regulamentares, hierarquia e divisão de trabalho, onde uma unidade de posição superior vincula-se a cada uma imediatamente inferior por um status comum – a hierarquia quantitativa, a qual assegura o “conformismo” da submissão de uns aos outros, em virtude de garantir aos primeiros assumirem posteriormente tal posição de superioridade, fraciona um grupo em pares, fazendo com que a disciplina atue como manifestação de tal conformidade, a ponto de todos comungarem o mesmo espírito – o militar.

A disciplina, que segundo Foucault (2006), diz ser a manifestação de um tipo de exercício de poder através da submissão dos indivíduos pelo controle das idéias, é subsidiada pela construção de ideologias, mediante uma necessidade de moral objetiva nos costumes e nas relações sociais, sejam interpessoais ou a níveis mais macros, como nas relações jurídicas e nas leis de Estado. Porém, o que faz tal poder se manter e ser aceito, está no fato do mesmo não pesar exclusivamente sobre o aspecto da restrição, mas de proporcionar coisas, induzir ao prazer e exaltar qualidades aos indivíduos, que ao mesmo tempo, transforma-os em seu objeto, que sob seu efeito, passam a ser seu fio condutor.

Quanto à exaltação de qualidades, os militares utilizam-se de estratégias de cercamento espacial e moral, mapeando a conduta de seus graduados,

no argumento de serem imbuídos de uma moral superior a dos demais na sociedade. Essa suposta superioridade, seja no vigor físico, técnico ou ético-político, foi o que garantiu uma maior coesão entre eles, produzindo o discurso da unidade – o corporativismo horizontal e vertical da Instituição.

Essa separação espacial imaginária entre civis e militares, no que tange a conduta, foi utilizada, enquanto o mais relevante instrumento de coesão em conjunturas históricas, como o principal argumento dos militares para participarem com mais consistência na política do país, que diante da racionalidade liberal do início do século XX, restringia-os à função de melícia guardião do território nacional.

Foi na crise que se instalava pelo mundo em 1930, que os militares alegaram ser a solução para a desordem econômica e social que o país vivia. É o marco da transcendência de uma mentalidade de predominância miliciana, com falta de ânimo da tropa legalista para combaterem rebeldes e de amolecimento do espírito militar, onde os postos hierárquicos eram visto como cômoda posição de espera.

A partir desse período, os mesmos passam a ter uma atuação política importantíssima, chegando alguns autores a afirmar, conforme Trevisan (2000), que *“há um país disponível para as idéias militares no pós – 1930”* (p. 52), pois deste período até o golpe de 1964, os militares passam a conduzir o país de forma indireta, sob uma política de Segurança Nacional, com influência ideológica francesa<sup>12</sup>, onde os ideais do General Góes Monteiro reorganizaram a estrutura do Exército Brasileiro, através da hierarquia e disciplina, com o fundamento na obediência acima de tudo, exercendo um poder autoritário, que fincou raízes na essência do espírito militar. Segundo declaração do próprio General Góes Monteiro sobre as condições de assumir a frente política das Forças Armadas:

“Aceito sob duas condições: primeiro, obediência completa às minhas ordens; se verificarem que não estou satisfazendo às expectativas decidam substituir-me na chefia; mas de outra maneira nunca aceitarei intervenção nos meus atos, nem nas ordens que der; segunda, não conspirarei com os senhores, nem qualquer entidade política, para não perder minha autoridade de chefe. Enquanto merecer confiança será assim. Darei as ordens até sobre a maneira como devem conspirar, na tropa, entre os oficiais, sargentos e os simples praças havendo um oficial de ligação comum para todos, em cuja, unidade, ao qual tudo seja comunicado” (MONTEIRO, 2005, p. 48-49)

---

<sup>12</sup> A ideologia francesa é proveniente das estratégias militares napoleônicas, que na Missão Francesa em 1920 no Brasil, no intuito de instruir militares, em virtude de derrotas anteriores, como a de Canudos. Maiores informação consultar a obra: TREVISAN, Leonardo. O pensamento militar brasileiro. Ed. Eletrônica: Ridendo Castigat Mores. (www.jahr.org). 2000.

Fica claro na declaração acima, como exalta a obediência, na forma de autoritarismo, e a estrutura hierárquica como um organismo que deverá ser respeitado rigorosamente, como o cerne da eficiência.

O poder militar consistiria em construir um Estado forte, a ponto de utilizá-lo como mecanismo de disciplina do corpo social que conseqüentemente provocaria o desenvolvimento econômico e naturalmente uma sólida e eficiente defesa nacional. O Estado Novo é a prática dessa doutrina, onde as privações que são a razão de ser do militar deveriam se estender a toda a sociedade. Isso remeteu em fortes mudanças no pensamento militar da época, já que deveria ser a referência ideológica, percutindo das décadas seguintes até os dias de hoje.

Diante de sobrepor o desenvolvimento das Forças Armadas, em específico do Exército, a qualquer custo, sem, a priori, se preocupar com os problemas específicos do país, querendo assumir um papel político, o pensamento de Góes Monteiro se fez diferenciar, por tal postura, do pensamento militar de Castello Branco, que procurou manter o Exército no poder conciliando alguns aspectos da ética democrática tais como: liberdade de imprensa, constituinte e outros que vinculavam os civis à gestão pública, mesmo que superficialmente, chegando a ser considerado por muitos como liberal e constitucional. Criou-se a partir daí um novo espírito militar mais progressista.

Com o fim do Estado Novo em 1945, pelo contexto internacional, em que o mundo dividido em dois pólos de influência, o Comunismo – representado pela URSS e o capitalismo norte-americano, onde para os militares não contentados com o retorno da democracia liberal, já que estiveram o tempo todo nos bastidores no Governo Vargas, utilizaram-se da desculpa do perigo de avanços comunista no país para aclamar como necessário um governo de proteção militar contra tal influência. Sob tutela norte-americana, criaram a Escola Superior de Guerra - ESG, com o intuito de elaborar melhor um modo de retornar ao poder, utilizando-se da junção de três categorias militares: o militar articulador, o militar profissional e o militar político. O primeiro tinha a função de aproximar adeptos e foi quem fez ponte com o Exército americano, o segundo na figura de Castello Branco, era o militar de conhecimento técnico, que passa aos demais conceitos sobre tática de guerras, já o último, procurava fazer a articulação com o mundo civil, essencialmente no mundo político.

A ESG apresentou-se como uma necessidade funcional do Exército, onde passou a reunir oficiais tanto da Marinha como da Aeronáutica - o próprio Exército americano chegou a classificar a atuação brasileira como despreparada durante a Segunda Guerra, principalmente no que se trata a obediência, eram considerados muito desobedientes. Embora o Governo americano tenha apoiado a

formação da ESG, não teve forte influência ideológica sobre ela, os oficiais que a compunham estavam bem convictos de seus interesses que segundo Trevisan (2000), utilizaram-se da adaptação da Doutrina Góes ao slogan de erradicar com a ameaça comunista através da obediência da Nação à política do Exército.

Diante de ideais políticos que iam de conformidade aparente com o mundo civil, Castello Branco assume posição estratégica nas Forças Armadas, com a posse do comando do Estado-Maior, órgão de articulação direta entre militares e a presidência da República. Foi eleito presidente em abril de 1964, pelo Congresso Nacional, na perspectiva provisória de um ano, porém, com o golpe prolongou-se até 1967, desencadeando em sucessivos governos militares, com a ditadura que se instalava até a década de 1980.

O espírito militar, pelo seu caráter não – substancial, é reflexo da dialética do pensamento militar com conjunturas sócio-econômicas e teve incorporado de início com a Doutrina Góes e simultaneamente na figura marcante de Castello Branco, traços essenciais que, embora criados estrategicamente para atender interesses de uma elite dentro das Forças Armadas, permaneceram na contemporaneidade, em alguns aspectos, de forma silenciosa, junto com outros atributos que surgiram mediante as necessidades conjunturais e mudanças de perfil dos próprios integrantes de cada Força.

Nesse percurso, houve a transformação do oficialato composto por bacharéis, que preferiam ser chamados de doutores no lugar de militares, que diante das linhas de fogo não possuíam se quer força física ao atuar nas frentes de combate, para a figura do combatente, homens cuja superioridade estava na sua virilidade expressa no vigor físico, na transformação em um técnico de guerra que posteriormente se associa a responsabilidade de promoção de uma moral civil à sociedade.

Trazendo para a atualidade, a manutenção da existência de um espírito militar é o que há de mais importante para manter a coesão organizacional da Instituição. Na sobrevivência de características específicas ao militarismo, fica a disciplina que segundo Foucault (1999), estabelece no corpo um elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. Diante dessa estratégia, as metamorfoses no espírito militar ocorrem em função do tipo de aptidão, em determinado momento histórico, a se querer exaltar para formar um espírito de corpo, que funcione como um sentimento de pertencimento a determinado grupo. Esse instrumento de alienação, utilizando-se da superficial homogeneidade, da qual se iguala todos para melhor poder comandar, exaltando qualidades em negação a outras - nesse caso as do mundo civil – na construção de uma identidade própria moldurada

pelo mapeamento de condutas morais e cercamento espacial, cria espaços funcionais e hierárquicos, cuja manutenção se dá de forma individual, diante da acumulação do tempo, gerando um poder relacional que se auto-sustenta.

Essa manutenção individual vai de encontro ao que Foucault (1999) diz sobre os indivíduos serem, sob efeito do poder, o seu fio condutor; quanto ao tempo, segundo Castro (2004), o espírito militar é semeado nas academias militares e se desenvolvem ao longo da carreira do indivíduo, dependendo, assim, do tipo de função, locais onde servirá, em fim, do tipo de relacionamento que tal militar desenvolverá ao longo da sua carreira. Dessa forma, o espírito embora seja o mesmo, enquanto expressão externalizada de diferentes armas<sup>13</sup> da Instituição militar terá suas especificidades desenvolvidas de acordo com a lógica organizacional, que com o passar do tempo podem influir no aspecto geral desse espírito.

A Força Aérea Brasileira – FAB que surgiu vinculada ao Exército – EB e Marinha, permanecendo esse vínculo até a década de 1941<sup>14</sup>. Hoje, no que tange as comparações entre as Forças Armadas, é a considerada pelos demais, como a que possui um espírito militar “mais fraco”, pelo tempo que existe e por ser uma Instituição cujas ações envolvem mais a tecnologia. Segundo declarações de próprios militares do EB<sup>15</sup>, *“militares da FAB precisam ter na frente de combate a utilização maior da precisão técnica em suas ações, quando for fazer um abate de avião, por exemplo, do que as aptidões necessárias a um combatente em solo - virilidade e táticas de guerra trabalhadas mais em grupo”*. No entanto, não se deve considerar que a FAB não tenha espírito militar, ou que o mesmo seja diferente das demais Forças. Na verdade, a essência do espírito militar que possui é proveniente do próprio EB, por suas origens, sendo que sua doutrina, no que se refere ao cotidiano, não prioriza cultivar determinadas aptidões que no EB naturalmente se cultivava pela sua especificidade de combate em solo.

Segundo Castro (2004), o espírito militar é uma homologia entre as características pessoais exigidas pelas diferentes tarefas de cada área de atuação numa situação de combate e os diferentes padrões de conduta e personalidade mantidos na situação de não-combate. Tal situação de combate que deriva de táticas

---

<sup>13</sup> O termo arma é muito utilizado no Exército, no sentido de ser tipo de especialidade técnica – área do conhecimento - que o militar ao entrar para a academia, escolhe e se especializa. No Exército é dividido em Artilharia, Cavalaria, Infantaria, Engenharia, Comunicações, Material Bélico e Intendência; Já na FAB, se dividem em Aviação, Infantaria, Intendência e Engenharia no quadro de Oficiais e no de graduados em Grupo Básico – ligado diretamente a aviação e Grupo de Apoio, relacionados às demais áreas. ([www.fab.mil.br](http://www.fab.mil.br); [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br))

<sup>14</sup> Getúlio Vargas, em 20 de janeiro de 1941, assinou o Decreto 2961, criando o Ministério da Aeronáutica e estabelecendo a fusão das forças aéreas do Exército e da Marinha numa só corporação.

<sup>15</sup> Declaração feita por cadetes em entrevista, durante período de formação da AMAN – Academia Militar dos Agulhas Negras (Castro, 2004)

e práticas trazem para outra realidade - a do cotidiano - a produção de significados, que traduzidos em verdades criam valores que circunscrevem a identidade militar.

Dessa forma, o espírito, ou melhor, a identidade militar é na verdade fruto de construções ideais, onde militares as interpretam e classificam a realidade que vivem. Sua construção depende dos elementos disponíveis e um campo de possibilidades, pois possui uma relatividade estrutural como demonstrado pelos aspectos históricos da sua construção, tendo sua racionalidade pautada nos interesses econômicos e políticos da elite intelectual da Instituição. Essa elite intelectual é o que Gramsci (2004) classifica como intelectual orgânico, o qual nasce no interior de uma classe e cristaliza-se, já que todo grupo social tende a elaborar seus intelectuais para darem maior homogeneidade e consciência da importância da função do seu grupo na dinâmica das relações sociais.

Provando não ser uma constante, o espírito militar, quando já estruturado na forma de verdade pelos intelectuais militares, terá sua absorção dependente de como será interpretada essa verdade e esta interpretação está intrinsecamente relacionada a razões psicossociais – raça, gênero, classe e ainda a área de atuação dentro da Instituição, pois são condicionantes de perspectivas individuais que podem refletir ou não no conformismo a superestrutura – neste caso, a racionalidade militar.

Nesta perspectiva dialética que em treinamentos militares utilizam-se do fetiche da igualdade inicial de condições, como uma verdade, expressa na desigualdade apenas quantitativa da hierarquia de posto, com a finalidade de criar um sentimento de homogeneidade e pertencimento a Instituição, condição fundamental para estarem aptos a absorverem a doutrina do pensamento militar.

Daí no entendimento de Castro (2004), o pensamento militar hoje ser formado por uma dicotomia entre características de combatentes e técnicos, este primeiro, segundo a própria história do pensamento militar, sobrepõe este último, por ter sido a marca da atuação das Forças Armadas durante um bom tempo, principalmente nos tempos de ditadura, desencadeando num esteriótipo do militar que, por vezes, perpassa a própria realidade da Instituição hoje. E isso, ao mesmo tempo, remete ao próprio espírito militar dos que são, em tese, mais técnicos do que combatentes.

Dessa forma, Castro (2004) percebe que nas áreas combatentes, há um cultivo maior da vibração em pertencer a Força, aprimora-se a ação tática, cultua-se o físico, há um sentimento de conjunto, o contato com o mundo civil é menor, a tradição é grande – em virtude de existir a mais tempo e ter um processo de continuidade, ou seja, um espírito mais forte. Já os que pertencem à área técnica

cultivam a razão, o estudo, a mente, um maior contato com o mundo civil, em função de aprimorar conhecimentos, possui tradição pequena e vive em constante mudança, mediante os avanços tecnológicos. Este último, embora imbuído de um espírito novo, também possui espírito de combatente, pois o pensamento militar a priori absorvido nos primeiros contatos com o mundo militar é para combatente. O surgimento de um novo provém das necessidades da sociedade como um todo e conseqüentemente das próprias Instituições militares que estão inseridas nessa dinâmica, articulando junto aos seus aparelhos de hegemonia essa nova demanda proveniente das necessidades socioeconômicas.

Essa dialética entre sociedade e as Instituições militares e destas com seus integrantes se baliza, enquanto norma, no Estatuto do Militares regido sob a lei nº 6.880 de Dezembro de 1980, que traz em âmbito geral as obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas no que tange a função social destas – defender as fronteiras do território nacional e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem.

Tendo por base genérica a jurisprudência de seu Estatuto, as Forças Armadas, no sustento a base organizacional da hierarquia militar, utiliza-se demasiadamente de um sistema disciplinar, desencadeado em exercícios de poderes mútuos que atua com micropenalidades das relações cotidianas no interior dos quartéis. Na aplicação ou eminência às micropenalidades, segundo perspectivas convenientes a lógica organizacional, que se garante desenvolver potencialidades individuais, em espacialidades definidas pelas divisões hierárquicas de vigilância constante, onde se encontram níveis diferenciados de percepção disciplinar. E essas micropenalidades seguem a ótica das percepções extraídas do exame, que segundo Foucault (2006), combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normalizam, subsidiando sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. Sendo desta forma, o determinante de como se definirá a manifestação da disciplina, pois enquanto técnica, o exame faz com que o “mestre” – o fio condutor do saber (poder) – transmita saberes e ao mesmo tempo levante conhecimento sobre os que estão atuando, para fins de utilizá-los da melhor forma possível. Isto se aplica, na prática, quando analisamos as diferenças de perspectivas disciplinares de militares puramente combatentes e os que estão na linha intermediária da dinâmica organizacional – os militares técnicos, enquanto o primeiro deve introjetar que suas responsabilidades de ação requerem desempenhos que podem acarretar o risco a própria vida, já que diante de erros, seja em tempo de paz ou de guerra trará percussões em cadeias seqüenciais muito maiores do que de um militar do corpo técnico, que embora tenha um grau de responsabilidade traduzido em disciplina, não

se compara ao de linha de combate cuja dependência tem entrelaço maior a profundidade e eficiência tática da tropa que compõem.

Essas diferentes formas de submissão são os componentes heterogêneos do esteriótipo do espírito militar, diante da essência de um poder disciplinar que se faz melhor utilizar num sistema auto-regulável conforme exprime Foucault (2006):

*“O poder disciplinar se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduos disciplinar. E o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de seu poderio, em vez de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação.” (p. 156)*

A garantia da visibilidade dos subordinados se dá, como já ressaltado, perante os mesmos serem ao mesmo tempo objeto do poder e o fio condutor de seus efeitos que na relação vertical e horizontal da Instituição permite a visibilidade de vigilância constante, conforme explicitado no próprio Estatuto Militar:

*“Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo”. (Art. 14 inciso 2º, Cap.III)*

*“A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformado”. (Art. 14 inciso 3º, Cap.III)*

E reafirmado pelo Regulamento Disciplinar da Aeronáutica - RDAER:

*“O militar deve consideração, respeito e acatamento aos seus superiores hierárquicos.” (Art. 3º, Cap. Único)*

*“O militar que encontrar o subordinado hierárquico na prática de ato irregular deve adverti-lo; tratando-se de transgressão, deve levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.” (Art. 5º, Cap. Único)*

*“A punição só se torna necessária quando dela advém benefício para o punido, pela sua reeducação, ou para a Organização Militar a que pertence, pelo fortalecimento da disciplina e da justiça.” (Art. 6º, Cap. Único)*

Verifica-se que o Estatuto, reafirmado pelo RDAER, regulamenta uma relação verticalizada pela vigilância hierárquica, que permite a tempo integral uma visibilidade dos subordinados, que são observados em cadeia e punidos, no intuito de correção e exemplificação entre os pares e superiores e nunca diante de inferiores,

para que não se interrompa com a lógica do efeito / fio-condutor do poder como previsto no Art. 19 do Cap. II quanto a repreensão em público, aplicada pelo superior: “a) verbalmente: 1- ao oficial e ao aspirante-a-oficial na presença de militares do mesmo posto e/ou de postos superiores; 2- ao suboficial – na presença de suboficiais e/ou superiores; 3- ao sargento – na presença de suboficiais e de sargentos e ou de oficiais.”

As punições de cunho mais graves, são publicadas em boletim interno da Organização Militar - OM onde o indivíduo serve e em caso de detenção ou prisão<sup>16</sup>, fica sob critério do comandante dessa OM julgamento balizado em regras gerais do Estatuto / RDAER.

A diferença como é aplicado o mesmo tipo de punição a indivíduos de diferentes posições hierárquicas deixa explícito a técnica de supervalorização moral/individual enquanto instrumento de dominação para um melhor fluxo dos efeitos do poder, na dinâmica da exaltação/utilidade, onde quem se encontra em posição privilegiada é imbuído de um sentimento de superioridade e os que estão abaixo acatam num sentimento de conformismo, seja porque quantitativamente ascenderão à posição superior, ou pelo fetiche do seu papel alienado em uma das engrenagens Institucional, ao considerar e ser considerado menos importante que os demais.

Mediante a Aeronáutica ter sua organização voltada para a defesa e controle do espaço aéreo nacional, seu código disciplinar além de ter a preocupação contra ofensivas à construção da identidade militar com um mapeamento de conduta que seria um ideal a se alcançar, tem uma preocupação maior quanto à atuação dos profissionais ligados ao vôo, ambos seguindo a lógica de transgressão disciplinar aplicada nos casos de se deixar de cumprir o que está previsto dentro dos tramites cotidianos espacializados pela hierarquia.

A lógica da punição não se restringe apenas a repressão, mas a privilégios dados a uns que remetem em restrições a outros, e tais privilégios no foco desta Instituição, que é acompanhado de um grau de cobrança e responsabilidade maior, é dado no âmbito espacial do oficialato, aos oficiais aviadores pilotos de caça – os que estão em constante treinamento para combate e no âmbito dos graduados<sup>17</sup>, aos que estão envolvidos em atividades operacionais diretamente relacionados à

---

<sup>16</sup> Segundo critério do Estatuto Militar, a detenção é a retenção do transgressor em lugar não destinado a cárceres comum, sendo a qualidade deste diferenciada segundo a posição hierárquica do indivíduo. Seguindo a mesma lógica para a aplicação da prisão (p.11)

<sup>17</sup> A divisão hierárquica na Instituição Força Aérea Brasileira se estabelece entre oficiais, graduados e praças, onde o primeiro se subdivide entre oficial inferior (aspirante -a –oficial, 1º e 2º Tenente, Capitão), oficial intermediário (Major, Tenente Coronel e Coronel) e oficial general (Brigadeiro, Major Brigadeiro e Tenente Brigadeiro); os graduados se subdividem em Sargento e Suboficial; os praças são os Cabos e Soldados.

defesa e controle de tráfego aéreo, tais como: controle de tráfego aéreo, manutenção de avião e tratamento de dados e manutenção de radar, onde os demais tais como: intendência, recursos humanos de modo geral e funções técnicas de infra-estrutura como informática e telecomunicações, diante de serem encaradas como complementares, não possuem o mesmo status dos demais, o que faz remeter em perspectivas disciplinares diferentes.

Relacionando essa lógica organizacional que Foucault (2006) diz dividir segundo classificações ou sob graus, que marcando os desvios, hierarquiza as qualidades, as competências e as aptidões, no intuito de castigar e recompensar, onde esta última pelo jogo das promoções permite hierarquias e lugares, faz da entrada das mulheres em ocupações específicas condicionarem perspectivas disciplinares tão peculiares as suas respectivas ocupações como a junção do seu tradicional papel social de mãe que é reproduzido na Instituição, já que os gêneros construídos historicamente como condicionantes a ocupações de homens e mulheres na dinâmica da divisão sexual dos papéis se fizeram reproduzir, na ultrapassagem dos muros institucionais do cercamento militar, determinando as primeiras ocupações de mulheres nas Forças Armadas e somada a novas conquistas percutem até hoje no que se refere as “especialidades femininas” nas Forças Armadas.

## **2.2 A Entrada das Mulheres nas Forças Armadas:**

No âmbito internacional, foi a partir da Primeira Guerra Mundial que profundas mudanças de atitude ocorrem em relação à mulher: entram como voluntárias, para auxiliar na formação militar, chegando até ser usadas como combatentes em alguns exércitos. Durante os períodos das duas Grandes Guerras, na necessidade de recrutar o máximo de combatentes, todos os homens em condições físicas partiram para as frentes de combate, passando as mulheres auxiliar o Exército em todas as esferas de apoio ao combate (rancho, manutenção, telefonia, telegrafia e etc.). A mesma lógica de divisão sexual de trabalho é adotada pelas demais Forças, com especificidades na Força Aérea Brasileira, que surgia paralelamente aos quadros femininos, aonde chegaram a exercer tarefas técnicas.

Segundo Caire (2002), pelos princípios que prescindiram a utilização de mulheres nas Forças Armadas ocidentais, priorizando aquelas funções, à retaguarda, o Corpo feminino parcialmente militarizado compôs na quase totalidade, quadros auxiliares que tiveram participação de extrema importância no apoio às frentes de combate, que pelo seu caráter auxiliar, não despertou preocupação, por parte das autoridades, em prover regulamentações que contemplassem o

engajamento, remuneração e alojamentos dessas mulheres, havendo a extinção desses quadros com o fim da Guerra.

O recrutamento seguiu a lógica de ocupação das mulheres no mercado de trabalho da época para identificar os tipos de atividades onde elas podiam prestar melhores serviços. Dessa forma, assumiram funções de enfermeiras e operadoras de ambulâncias, atividades relacionadas ao ensino e saúde de modo geral (o tipo de mão-de-obra que no período entre guerras mais valorizou o trabalho da mulher). Tais critérios ficaram de herança na cristalização das supostas especialidades femininas no âmbito das Forças Armadas.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, na América e na Europa Ocidental, as mulheres substituíram os homens em diversas e numerosas ocupações militares e chegaram a conquistar um lugar definitivo na qualidade de auxiliar não-combatente dos Exércitos. Na Rússia chegaram a vivenciar atividades tangíveis em todas as frentes de combate.

Durante a Segunda Guerra, a maior parte dos governos militares ocidentais, além de não permitir mulheres nas frentes de combate, conferia-lhes um Estatuto Civil, que era regido segundo regulamento de Haia de 1907, onde no Art. 46, proibia civis de serem deportados ou forçados a trabalho obrigatório quando capturados durante a Guerra.

Já na Convenção de Genebra de 1949, previa-se tratamento diferenciado sob o critério do sexo, como mostra o Art. 22 que previa: *“as mulheres devem ser tratadas com todas as atenções particulares que lhe são devidas”*, no Art. 14, relativo ao respeito à pessoa do prisioneiro de guerra prescreve que *“as mulheres devem ser tratadas com todas as atenções devidas ao seu sexo e devem se beneficiar, em todos os casos, do tratamento favorável concedido aos homens”*; no Art. 25 indica que *“em todos os campos em que as prisioneiras estiverem acantonadas na companhia de homens, deverá existir dormitórios separados”*. Porém, o protocolo que se acrescentou a essa Convenção, em junho de 1977, nos Art. 43 e 44 passam a prever que mulheres tenham acesso ao Estatuto do Combatente e que possam portar armas de fogo.

Em 31 de março de 1953, as Nações Unidas adotaram a convenção sobre direitos políticos das mulheres, onde no Art. 3º enuncia que *“as mulheres terão direito de assumir cargos públicos e de exercer as funções públicas em pé de igualdade como os homens, sem discriminação alguma”*.

Foi a partir de 1970, em tempo de paz, que as mulheres passam a ser admitidas no militarismo asseguradas pelo Estatuto Militar tanto na Europa como nos EUA, pois com o fim dos exércitos de massa, com constituição de forças

voluntárias, profissionalização e mudanças tecnológicas, com fragmentação e especialização ocupacional, houve necessidade de pessoal mais qualificado e ainda somando-se ao já citado - diminuição de contingente masculino, as mulheres, que sob condição de maior controle da natalidade, foram recrutadas para compor um corpo feminino legitimado sob regulamentações militares de hierarquia e disciplina.

O que antes acontecia era as mulheres participarem, em momentos estratégicos da conjuntura, de atividades militares sob um estatuto de proteção civil, alegando as autoridades militares elas não terem capacidade física e psicológica de arcarem com as conseqüências da guerra.

Essa política de “portas abertas” das Forças Armadas à entrada das mulheres, que fez sua situação regulamentada dentro das Instituições militares, nasce, segundo Caire (2002), da necessidade de suprir uma baixa demanda masculina no recrutamento dos principais Exércitos do Mundo inteiro que ocorre no pós-guerra que é, ainda, legitimada pela Declaração de igualdades de direitos entre homens e mulheres, através da Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945, deixando explícito no Art. 21 que *“todas as pessoas têm direito de acesso às condições de igualdade nas funções públicas de seu país”*.

*“É uma ironia pensar que pelo fato de as Forças Armadas experimentarem grandes dificuldades para recrutar homens voluntários, irão descartar as mulheres interessadas em servir, e qualificadas para tanto. Não falo de refugos, das mulheres de baixo nível social e intelectual, mas das jovens plenamente qualificadas e altamente motivadas. Não se trata de uma questão de concordar ou aprovar as mulheres com uniforme. Não é mais um caso de movimento feminista. É um simples fato da vida. Reconhece-se sua necessidade e há tarefas que elas podem executar nas Forças Armadas. Elas serão um fator importante para completar a profissão das armas”. (MAJOR – GENERAL HOLM<sup>18</sup>, 2002, p. 152-153)*

Nessa declaração fica clara a preocupação em aceitar as mulheres, porém em setores estratégicos e de modo que sua entrada não seja invasiva. Daí provém o fato da participação delas não ultrapassar a 15% nas Forças Armadas de diversas partes do Mundo, não mediante falta de demanda, mas pelas restrições as diversas atividades militares imposta a elas.

Embora, a Legislação internacional tenha instituído que mulheres tenham igualdade de acesso às diversas atividades militares, sob restrições de tratamento nos campos de guerra, tal fato só repercutirá nas diversas Forças Armadas

---

<sup>18</sup> Diretor da divisão de pessoal da Secretaria de Estado da Força Aérea americana, até 1975.

do Mundo caso as legislações internas de cada país, assim como os costumes da guerra, respeitem as leis internacionais.

Dessa forma, segundo Caire (2002), os impedimentos para que elas atuem nessa área é de três tipos: geográfico, no sentido de está relacionado com o grau de civilização do país, onde no Ocidente se opõem bem mais que o Oriente à utilização de mulheres em frentes de combate, por ter no primeiro uma representação social do combatente associado exclusivamente ao homem; circunstancial, ou seja, em situações excepcionais em que mulheres, embora não previsto tradicionalmente ou por barreiras jurídicas, atuem mesmo assim em frentes de combate (no caso da França, durante a Segunda Guerra, em que ficaram expostas à linha de fogo); avanços tecnológicos, por gerar formas de guerras modernas, onde a participação de homens e mulheres se torna mais igualitária, em virtude de se substituir o contato direto na linha de frente, “no apertar do gatilho”, para o uso de um botão em vias aéreas, por exemplo, ou em solo diante de equipamento de extrema tecnologia. Porém, neste último aspecto – o tecnológico - chega a ressaltar que a concepção ocidental sobre o papel da mulher concorre para tornar sem efeito o uso da tecnologia.

Dois fatores foram considerados condizentes com melhor participação de mulheres em pé de igualdade com a dos homens – a forma de integração e como se conduz a igualdade de direito e deveres dentro das Forças Armadas, que implicam em articular o reconhecimento de especificidades femininas e abolir quaisquer tipos de privilégios em função dessas especificidades, para não se cair em soluções paternalistas sobre o problema da mulher, ou seja, a evolução da participação de mulheres no militarismo deve partir da premissa de igualdade de direitos e deveres levando em conta, sem exageros, as necessidades que são particulares a elas, tendo sido nesse sentido formulada em conferência das oficiais superiores da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte em 1975 uma definição de integração:

*Por integração, deve-se entender a obtenção dos mesmos direitos e dos mesmos encargos, levando-se em conta que igualdade não é identidade. Tal integração se traduz por uma formação comum de homens e mulheres intercambiamento de postos, igualdade de soldos e a mesma obediência aos regulamentos. A diferença de força física significa apenas normas diferentes para entrada nas Forças e treinamentos físicos posterior adaptado.*

Essa definição foi o eixo articulador de países nórdicos e anglo-saxões para fazer das relações de gênero dentro das Forças Armadas relações de apoio mútuo e não de complementaridade diante da submissão de uma parte a outra. Mas antes de tudo, segundo essas acepções, era preciso que as mulheres

assumissem plenamente os deveres da “igualdade conquistada”, sendo a abolição dos privilégios fundamental, porém, acompanhada da legitimidade em abrandar alguns termos no regulamento militar para que a presença feminina seja aceita por completo.

Os princípios das exceções no regulamento às mulheres se justificavam na adaptação às suas possibilidades físicas, como também a finalidade de sua presença nas Forças Armadas. *“Tudo é possível, desde que se respeite um equilíbrio perfeito de direitos e deveres e que não se comprometa o papel familiar da mulher” (Caire, 2002, p.187)*

Mediante esse tipo de integração, a igualdade de oportunidade seria subsidiada por três fatores: o direito à formação comum e idêntica para os dois sexos, que hoje se nota com a entrada das mulheres nas academias militares, porém é um fenômeno recente para avaliar suas percussões; intercambiamento de postos, onde mulheres oficiais deveriam ter acesso a combate, já que o sucesso na carreira de um(a) oficial reside em participar de combate e graduadas ao acesso a setores técnicos; acesso a postos de responsabilidade, onde ao assumirem cargos como de gerais e coronéis – verdadeiras funções de responsabilidade e de autocomando, é um primeiro passo para se reconhecer a igualdade entre os sexos.

Esses fatores que subsidiam a igualdade de oportunidades entre sexos, têm um condicionante à vida profissional da mulher - a responsabilidade doméstica, que traz dificuldades para conciliar o tempo integral que um militar deve se dedicar a Instituição com os deveres familiares. Tal fato faz do problema das mulheres nas Forças Armadas não serem de cunho de competência em relação aos homens, mas do custo/benefício que o trabalho deste último traz em relação à primeira, pois as eventuais gestações de mulheres trazem incompatibilidades de longa duração para unidades de combate, assim como para seguir determinados planos de carreiras (principalmente oficial aviador), segundo visão de algumas autoridades militares, como opinião um Coronel da Força Aérea francesa:

*A progressão profissional rigorosa de um piloto, seja de transporte seja de combate, bem como a sucessão rápida e continuada de postos de responsabilidade antes da entrada no estado-maior<sup>19</sup>, a seu ver, não se coaduna com indisponibilidades importantes, como a decorrente da maternidade. (CORONEL BAER, 2002, p.304)*

Por ser a aviação o cerne das atividades da Força Aérea, há maior oposição quanto à participação de mulheres nessa área, já nas demais especialidades não existem interdição alguma nos textos estatutários.

---

<sup>19</sup> Estado Maior é o cargo de administração de alto escalão, sendo ele ocupado por Brigadeiro, no caso da Aeronáutica, General no Exército e Almirante na Marinha.

No Exército, procurou-se dá ênfase às especificidades femininas para que as mulheres possuísem lugar devido sem parodiar os homens, já na Marinha havia interdição tanto no embarque em navios, como também, restrições a quadros de especialidades e carreiras – as mulheres só tinham acesso a um quadro de oficiais e ainda não lhe garantiam se tornar oficiais desse quadro. Em ambas as Forças, como explicitado indiretamente, têm seus estatutos contrários a mulheres em combate.

Segundo Caire (2002), os impedimentos para se incluir mulheres no estatuto de combatente é uma realidade que poderá ser superada se houver por partes destas, nas áreas que ocupam, sem quaisquer contrariedades, integração plena a vida das unidades as quais servem, com garantias de missão igual à dos homens, pois para haver uma igualdade de direitos deve haver de deveres, onde, elas ao participarem de toda a dinâmica que envolve seus trabalhos, sejam de cunho técnico ou propriamente militar (guarnição, tiro, condicionamento físico e etc.), lhes proporcionará ter maior sentimento de pertencimento a Instituição, e não a identificação com um emprego como qualquer outro, com diferencial de ser estabilizado.

No caso do Brasil, foi a partir da década de 1980 que as mulheres passaram a fazer parte das Forças Armadas, refletindo a mesma lógica complementar explicitada anteriormente sobre países no contexto internacional. A Instituição pioneira foi a Marinha do Brasil - MB, que criou em 1980 um Corpo Feminino da Reserva da Marinha para atuação na área técnica e administrativa, onde a partir de 1998 as mulheres passam a Integrar os Corpos e Quadros, através da Lei nº 9519, de 26/11/1997: Corpo de Engenheiros da Marinha, Corpo de Intendentes da Marinha, Quadros Médicos, de Cirurgiões-Dentistas, apoio Técnico e à Saúde. Nesse período houve a extinção do Corpo Auxiliar Feminino, e se passou a permitir participação feminina em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra, assim como para integrar tripulações de helicópteros, mas na condição de profissionais de várias áreas técnicas prestando alguns serviços temporários como embarcadas, já que não pertenciam e não pertencem ao Quadro de Armas destinado especificamente para esse tipo de atividade, pois são vetadas a participar do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, oriundos da formação da Escola Naval (EN).

A MB não vê conveniência /necessidade da admissão de mulheres na academia que forma oficiais combatentes, tendo como justificativa no discurso do ex. Ministro da Marinha do Brasil em entrevista:

*“Há justificativas de ordem física. Bota 40 quilos de mochila nas costas de uma fuzileira e mandar ela caminhar 10 quilômetros. Não chega. Não agüenta. Nos*

*Estados Unidos, fizeram essa experiência. Num grupo enorme de mulheres, apenas uma chegou. Provavelmente, não era bem mulher. Dentro do navio há coisas pesadíssimas para serem feitas. Por exemplo, tem que fazer o escoramento com toras de madeira enormes. A mulher não ia agüentar e o homem teria que trabalhar duas vezes: por ela e por ele. Então, não dá. Não pode ser. Tem que raciocinar. Quando tinha que suspender um navio nunca perguntei a um marinheiro, a um oficial meu, se o filho estava com febre, se a mulher estava doente. Vamos embora passar 10, 30 dias fora. Eu posso fazer isso com uma mãe? Não posso. É diferente (...) E se tiver que morrer, é preferível morrer o homem do que a mulher” (PEREIRA, 1999).*

Já o Exército, incorpora mulheres nos quadros de carreira somente a partir de 1992 na Escola de Administração do Exército - EsAEx, no Quadro Complementar de Oficiais e ainda em 1997, no IME – Instituto Militar de Engenharia, assim como na Escola de Saúde do Exército – EsSex. Em 2001, criou o curso de Formação de Sargentos de Saúde – Auxiliar de enfermagem. E ainda como militar temporário, em 1996, a Instituição cria o Serviço Militar Feminino Voluntário e em 1998, o Estágio de Serviço Técnico. Seguindo a mesma ótica do pioneirismo da MB, não achar apropriado mulheres em quadro de combatentes, declarando o ex. Ministro do Exército em entrevista:

*Para ter uma idéia, quando tomei a decisão de autorizar a matrícula de mulheres na Escola de Administração na Bahia, esse não era um assunto em que havia consenso, havia gente que era contra. Ali é onde se forma o quadro complementar. Nós formamos oficiais do quadro complementar para suprir determinadas especialidades que o Exército necessita - veterinários, professores, economistas, advogados – e discutia-se a conveniência ou não de autorizar mulheres a se candidatarem à matrícula. Não era consensual, mas eu me convenci que isso seria uma boa medida (GOMES, 1999).*

As disparidades quanto ao ingresso de mulheres em diferentes épocas e circunstância nas duas Forças têm suas justificativas nos discursos oficiais de seus respectivos comandantes, como causa maior de atraso em relação à conjuntura internacional, no referente à falta de verba para se criar uma infra-estrutura adequada ao recebimento das mulheres tanto nas áreas complementares como ainda hoje nas áreas de combate.

No discurso da MB, que foi parâmetro para posteriormente a FAB planejar e organizar o ingresso feminino, assim como uma década depois a incorporação no EB – Exército Brasileiro, fica claro como há uma preocupação paternalista com a fragilidade feminina e sua responsabilidade maternal, que em determinadas circunstâncias, na análise custo /benefício, não traria resultados

eficientes como no investimento em homens de farda. Sendo explicitado por Flores (1999) que:

*“A Marinha é pioneira nisso e incorporou as mulheres na área de manutenção eletrônica, o corpo auxiliar feminino. Porque não é que não possam ser movidas, legalmente, podem, mas não há nenhum interesse em ficarmos mexendo com essas moças para lá e para cá. Ficam no Centro de Míssil, no Centro de Eletrônica, a vida inteira” (p. 78)*

Já na FAB, embora tenha sido a segunda Instituição a incorporar mulheres, em 1982, seguiu a lógica da complementaridade num percurso que hoje dá oportunidade de ocupação de lugares em quadros de carreiras onde se tem perspectiva de se chegar a postos de Comando.

### **2.3 As Mulheres na Força Aérea Brasileira:**

Foi através da criação, em 1982, do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), composto pelo Quadro Feminino de Oficiais da Reserva (QFR) e Quadro Feminino de Graduados da Reserva (QGR), assumindo as primeiras o posto de 2º Tenente e as do segundo quadro, graduações de 3º Sargento e Cabo, que as mulheres ingressaram na Aeronáutica.

Até 1989, o Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica (COAER), era composto apenas por homens. Com a extinção do CFRA, as mulheres passam a fazer parte desse quadro a partir de 1990, compondo os Quadros de Oficiais Médicos (QOMED), Dentistas (QDODENT) e Farmacêuticos (QOFARM), assim como, em nível de graduação, do QSS – Quadro de Suboficiais e Sargentos e Quadro Complementar de Oficiais (QCO). Com exceção do QCO, os demais são quadros de carreira, dos quais o quadro de saúde tem como perspectiva de carreira o posto máximo de Major – Brigadeiro, já o QSS a perspectiva é de chegar a Suboficial.

O serviço voluntário prestado por mulheres a Instituição ocorre a partir de 1994, através do Quadro Temporário, cuja perspectiva é de se manter como 1º Tenente, com permanência de oito anos, podendo o prazo ser prolongado até nove. Somente em 1996 ocorre o ingresso da primeira turma de 17 cadetes femininos na AFA – Academia da Força Aérea (Pirassununga/SP), nos quadros de Intendência (área administrativa e financeira da FAB), cuja formação ocorreu em 1999 enquanto primeira turma de oficiais militares femininas em Academia Militar no Brasil. Nesse mesmo período foi aberta as portas do ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica, sem

restrições de sexo quanto à opção de cursos e com perspectiva de se chegar a Major – Brigadeiro.

Foi em 2002 que ingressa na AFA, a primeira turma de cadetes mulheres aviadoras no total de quatro, cuja formatura ocorrerá no final desse ano de 2006, onde ao término do curso, segundo aptidões comprovadas durante os quatro anos de instrução, se definirá que tipos de aeronave irão pilotar – patrulha, transportes ou caça, tendo a perspectiva de se chegar a postos de comando, inclusive de Comandante da Aeronáutica.

Embora tenha tipo significativo avanço do ingresso de mulheres na FAB, mesmo no comparado às demais Forças, ainda existem áreas de restrições à presença feminina, tais como na própria AFA no curso de formação de Infantaria e ainda no Quadro de Suboficiais e Sargentos, em atividades relacionadas diretamente ao voo e apoio, pois se deparam com restrições às atividades de: Mecânica de avião, Comunicações, Fotointeligência, Obras, Estrutura e Pintura, Material Bélico, Guarda e Segurança, Eletromecânica e Metalurgia.

Hoje elas representam 7,7% do efetivo total da Instituição que é de 67.242 militares, tendo neste percentual representatividade de 54,17% no quadro de graduação, como suboficiais e sargentos. Das que compõem quadros de oficiais, as inseridas em perspectivas de carreira, têm maior proporção no quadro de saúde, onde se encontram as de maior posto hierárquico atingido por mulheres até o momento – Major – oficial intermediário<sup>20</sup>.

Pelo fato dos valores institucionais coexistirem com a lógica de valores da vida social, a entrada das mulheres na Instituição foi pautada de acréscimos no mapeamento da conduta ético-militar, reproduzindo, em alguns aspectos, as diferenças de papéis construídas historicamente para homens e mulheres, onde mulheres ficam na premissa do peso da dicotomia entre assumir perspectivas de um pensamento pautado na masculinidade e ao mesmo tempo articular tais perspectivas com sua responsabilidade social materna na dinâmica do patriarcado.

Na preocupação da entrada das mulheres trazerem novos condicionantes que pudessem causar distorção ou discrepância de comportamento e conseqüentemente ferirem o uso e costumes da “boa conduta militar”, o ex. Ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Mattos publica normas complementares<sup>21</sup> direcionadas ao Corpo Feminino que acabara de ingressar na Instituição.

---

<sup>20</sup> Dados extraídos do Sistema Interno de Gerência de Pessoal Militar da Aeronáutica – SIGPES.

<sup>21</sup> Tais normas tinham a intenção de complementar a conduta ético-militar, de apresentação pessoal e atividades sociais, legitimada pela Portaria n° 1.114/GM6. de Outubro de 1982.

Tais normas previam basicamente que o comportamento feminino não se mesclasse com o masculino e conseqüentemente não subsidiar formação de um terceiro comportamento, impondo, de maneira sutil, que essas mulheres incorporassem, sem questionamento, um comportamento que anulasse todo o histórico de conduta do gênero feminino.

Embora no acréscimo ao Capítulo referente à conduta ético-militar, seja indagada preocupação em respeito às particularidades da mulher com o pressuposto: “(...) *deverá atender ao respeito e condição da mulher, à dignidade de seu papel em família bem como, as tradições de disciplina e de decoro da Aeronáutica*” (item 2.1, Cap. II), a regulamentação da sua entrada se firma mais aos dois últimos critérios – disciplina e decoro da Instituição, conforme verificado em todos os itens acrescidos ao Estatuto do Militares, referente a mulher:

*“Evitar, em público e quando uniformizada, demonstração de familiaridade.” (item 2.2.6, Cap. II)*

*“Evitar gestos e atitudes consagradas como manifestações de gentileza e apreço no relacionamento, mas que se tornam incompatíveis, quando envolvendo militares uniformizado.” (item 2.2.7, Cap. II)*

Por ser uma conduta de ética, modelo ideal a se seguir, verifica-se nesses dois itens clara intenção em se polir as mulheres ao máximo, aos moldes militar masculino, a fim de estarem “prontas para o serviço” em quaisquer circunstâncias, embora sabendo que suas particularidades possam vir contra a idéia de disponibilidade no que tange custo/benefício empreendedor.

Na intenção de amenizar as disparidades desse custo/ benefício do desempenho de mulheres em comparação a homens (lógica organizacional de mercado de trabalho) estabeleceu nos itens seguintes:

*“Cultivar o espírito de corpo e projetar uma imagem favorável do papel da mulher na Aeronáutica.” (item 2.2.8, Cap. II)*

*“Não se comprometer irregularmente com encargos de família, principalmente se solteira.” (item 2.2.10, Cap. II)*

*“Não evocar circunstância de matrimônio ou encargos de família para eximir-se de obrigações funcionais.” (item 2.2.14, Cap. II)*

Aqui se nota como se pretende enquadrar as mulheres no perfil da pura exclusividade, da idéia de preceder a vida particular sendo militar 24h, procurando restringi-las de sobrepor os interesses pessoais (familiares) aos da Instituição, na preocupação de prevenir impactos que gerem ônus, pela disputa família versus interesses da Organização militar, para essa última. Há uma integral

transferência de responsabilidades, quanto ao sucesso da integração feminina, às próprias mulheres. Essa, embora se suponha ser de qualidade feminina, ocorre em performance masculina, ao buscar dentro dessas restrições ao trabalho da mulher, promover, sem diferenciações de sexo, os deveres – que pelo menos, regulamentados, se dizem iguais para ambos os sexos – sem ao menos flexibilizar direitos circunscrito à condição do gênero feminino.

Condições estas que construídas historicamente na lógica da exploração / alienação do trabalho da mulher, faz a Organização Militar aproveitar-se do discurso da igualdade como subserviência na utilização da mão-de-obra feminina ao seu bem interesse, resultando em muitos aspectos na precarização dessa utilização, ao se ter no discurso oficial cotidiano das relações de trabalho militar, embora não regulamentado, as impossibilidades de se empregar mulheres em atividades ligadas diretamente à operacionalidade de combate. Isso remete o que Gramsci (2003) fala sobre o discurso da igualdade democrática como reprodução da desigualdade, ao transferir, diante da suposta igualdade, o ônus da exclusão aos indivíduos, ou seja, particularizar as exclusões sociais.

Essas particularidades no campo das micro relações do cotidiano da Instituição, por ser balizada pela disciplina militar, condiciona a acepções diversas do papel do indivíduo na composição da dinâmica institucional, levando homens e mulheres a terem olhares diferentes sobre um mesmo universo concreto com espacialidades diversas que se particularizam.

## Capítulo III

### O ESPAÇO DA MULHER DENTRO DA ORGANIZAÇÃO

#### 3.1 - Considerações Sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa trata da análise de conteúdo de dados extraídos, mediante aplicação de um questionário de perguntas fechadas, a homens e mulheres que exercem as mesmas funções numa mesma Organização Militar (OM) da Força Aérea Brasileira (FAB). Houve preocupação em fazer um recorte das relações de gênero num espaço operacional – Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), localizado em Brasília, por três motivos: o primeiro que pelas especificidades dos serviços militares, as atividades operacionais de aviação, no que se refere à FAB, são as que traz mais status para os militares, por ser o cerne da dinâmica da Instituição, o segundo, por ser o local onde a entrada das mulheres se manifesta de forma mais recente e o terceiro, por um espírito militar imbuído tanto pelos ideais combatentes como os tecnológicos.

Em tal OM, as mulheres em 39 representam 5,5%, das quais exercendo função operacional são 64,1%<sup>22</sup>, divididas em três atividades: SAI – Serviços de Informações Aeronáuticas; BCT – Controle de Tráfego Aéreo e BMT – Meteorologia, ainda tendo as que desempenham função administrativa – SAD e atividades técnicas - BET cuja representatividade é a menor<sup>23</sup>.

Na preocupação de saber qual o olhar dos homens sobre essas mulheres e destas sobre si, restringiu-se a aplicação do instrumental, sob cada tipo de função, a 25% de mulheres e aos homens no mesmo valor, para obter respostas, segundo o sexo e ocupação profissional.

Dessa forma, ficaram como participantes 2 mulheres e 2 homens da função - SAD; 1 mulher e 1 homem na função - SAI; 5 mulheres e 5 homens da função - BCT; 2 mulheres e 2 homens da área técnica – BET e 1 mulher e 1 homem na função – BMT representando um total de 11 mulheres e 11 homens e ainda um Major Brigadeiro – Comandante de uma Unidade Operacional, representando o discurso oficial da Instituição.

---

<sup>22</sup> Dados extraído do Sistema Interno de Gerência de Pessoal Militar da Aeronáutica - SIGPES.

<sup>23</sup> É importante ressaltar que pelo fato das mulheres em função operacional serem do QSS – Quadro de Suboficiais e Sargento, não inclui nesta pesquisa posto acima da graduação, ficando assim excluídos homens e mulher que tenha postos de Oficial.

O instrumental utilizado foi um questionário com perguntas fechadas contendo vinte e oito questões, estruturado em três partes, que possibilitou a identificação do perfil socioeconômico, as relações de gênero e a qualificação do espírito militar.

### **3.2 – Processo de Realização do Trabalho de Campo:**

A primeira dificuldade encontrada foi em conseguir autorização ao CECOMSAER – a Organização Militar que cuida da assessoria de imprensa da FAB - para realizar a pesquisa. De fato não se conseguiu oficialmente, porém, houve sucesso na aplicação dos questionários pela articulação direta com os militares que servem no CINDACTA I.

A maioria dos contatos foi feito inicialmente por telefone e os outros pela própria ida ao campo de trabalho dos militares.

Durante o processo dos contatos, houve um grande impasse a ser destacado, referente à indisponibilidade de tempo dos participantes para responderem o questionário, tendo casos de insistência durante um mês para que entregassem as respostas. Somando-se a isso, muitos se opuseram a participar da pesquisa por recearem haver percussões negativas a suas respectivas carreiras, diante das declarações que poderiam fazer. Tal desconfiança pôde ter sido condicionada pela falta de credibilidade no caráter acadêmico da pesquisa, na primeira impressão, diante de não haver em anexo ao questionário uma autorização oficial do Órgão Militar competente.

Sendo assim, há uma série de incertezas e dificuldades que permearam o trabalho de campo, traduzidas pelos imprevistos, pelo desgaste da espera, pelas interrupções constantes e pelo local / cenário que se desejou analisar.

### **3.3 - Perfil dos Militares Participantes da Pesquisa:**

Este tópico tem o intuito de traçar o perfil socioeconômico de homens e mulheres, participantes da pesquisa, que exercem hoje no serviço militar funções tanto administrativas como técnicas e técnicas operacionais.

A faixa etária de ambos varia entre 18 e 27 anos, homens com 45,5% e mulheres com 81,8%. São naturais do RJ 81,8% das mulheres e 63,6% dos homens. A maioria delas se encontra cursando nível superior, representando 63,6%

contra 45,5% dos homens. Ambos pertencem ao Quadro de Suboficiais e Sargentos, cujo posto hierárquico de maior predominância é o de 3º Sargento<sup>24</sup>.

Declararam ter origem social, segundo a renda familiar de 3 a 5 salários mínimos, 90,9% das mulheres e 63,6% dos homens, cujo nível de escolaridade dos pais predomina para as mulheres no ensino médio completo representando 45,5% o pai e 54,5% a mãe. Para os homens a predominância é a mesma, porém em proporções diferentes, representando 63,6% o pai e 36,3% a mãe.

Quanto ao estado civil, homens e mulheres na mesma proporção, com 63,6% declaram-se casados, porém os homens têm representação maior ao declarar possuir filhos, com 45,5% contra 9% das mulheres.

Das mulheres 81,8% e dos homens 63,6% disseram que o serviço militar é a primeira experiência profissional, onde engajaram sem ter idéia de como funcionava 54,5% dos homens e 27,3% das mulheres<sup>25</sup>.

Hoje, diante da vida militar, apenas 18,2% das mulheres e 36,4% dos homens realizam qualquer atividade extra ao quartel.

### **3.4 - Relações de Gênero no Serviço Militar:**

As perspectivas de homens e mulheres quanto à condição da mulher no meio militar, tanto no aspecto de atividades militares propriamente ditas como em atividades técnicas profissionais, convergem e divergem em alguns aspectos peculiares.

Dos assuntos mais polêmicos, procurou-se ir direto ao ponto quanto o que tange facilidades e dificuldades encontradas por mulheres no primeiro momento e durante o percurso da suas atividades cotidianas dentro do quartel.

Das participantes, 9 (81,8% da totalidade) declaram não identificar quaisquer facilidade das mulheres na Instituição, mediante não perceberem diferenciação no tratamento militar para homens e mulheres, contrapondo-se a perspectiva de 9 participantes masculinos, que consideram as mesmas terem, enquanto facilidades, as suavidade do trato de superiores hierárquicos nas relações de trabalho (54,5% da totalidade). Segundo alguns comentários feitos a respeito por homens:

---

<sup>24</sup> Pelo fato do interstício de um posto a outro, para o Quadro de Suboficiais e Sargentos – QSS, ser de sete anos, a faixa etária aí predominante, denuncia os mesmos pertencerem ao primeiro posto de graduação deste quadro, já que a idade mínima de ingresso na EEAR – Escola de Especialistas da Aeronáutica é de 17 anos.

<sup>25</sup> Das que declararam possuir algum tipo de conhecimento sobre a rotina militar antes de entrar para a FAB, dizem o tê-lo em virtude de existirem militares na família.

*“Não conheço mulheres que sejam nem razoáveis como militares (...) todas as facilidades são dadas as mulheres e nem 10% da pressão normal de um recrutamento é permitido.”*

*“(...) notoriamente no dia a dia, quando uma mesma situação acontece com um militar do sexo masculino e com uma do sexo feminino, seja o elogio, ou seja a chamada de atenção, quando se refere ao militar do sexo feminino, o tom da voz é bem mais brando e educado.”*

A opinião dos que trabalham diretamente com as mulheres, é complementado de forma sutil pelo discurso oficial da Instituição, representado por um Major Brigadeiro – Comandante de uma Unidade Operacional, referente a questão da facilidade:

*“As mulheres podem apresentar o mesmo desempenho dos homens em muitas atividades militares, mas não podem ter o mesmo desempenho em atividades em que o vigor físico é determinante.”*

*“Nas atividades que são compatíveis a mulher, creio não haver diferenças de desempenho em relação ao sexo, as diferenças estão entre os indivíduos.”*

Aqui fica evidente que o Brigadeiro, embora não admita diretamente que haja diferenciações no tratamento de militares mediante ao sexo, deixa claro que considera que mulheres, por possuírem um vigor físico inferior ao dos homens não podem ter o mesmo desempenho que os mesmos, logo não são cobradas, nesse aspecto, da mesma forma conforme o percebido pelos homens que trabalham com essas mulheres.

Pelo fato de tal afirmação não levar em conta a possibilidade de construção de aptidão física diante de treinamentos de condicionamento físico, às mulheres são negadas, no primeiro momento, a oportunidade de mostrarem para que vieram as Forças Armadas, pois logo de início, nas escolas militares ficam na periferia das atividades tidas militares, pela sua condição de suposta fragilidade, haja vista que isso também vem se reproduzindo nas relações cotidianas no interior do quartel.

Das dificuldades consideradas por mulheres num primeiro momento nas relações de trabalho, foram apontadas a inconfiabilidade na sua prática profissional e/ ou militar num total de 5 (45,4% da totalidade). Já os homens na mesma proporção de 5 (45,4% da totalidade) apontaram que a maior dificuldade para as mulheres está em ter que impor sua condição de ser mulher no desempenho de determinadas atividades.

Comentários feitos por mulheres a respeito ficam no consenso de acharem haver um complô dos homens contra as mesmas no ambiente de trabalho, o que também se confirma com declaração feita por uma Suboficial, em entrevista<sup>26</sup>: “Quando nós viemos para o hospital, os homens faziam uma espécie de boicote contra nós” (2003, p 11).

Nota-se que mulheres têm uma concepção sobre sua condição nas relações de trabalho diferente do olhar dos homens sobre a condição dessas mulheres. Para os homens o problema da mulher fica entrelaçado a questão do biológico, do mito da fragilidade do corpo feminino, já que a mulher precisaria, sempre que necessário, impor suas limitações no cumprimento de tarefas que exigisse um esforço físico maior. Isso também é refletido no discurso da Instituição quando o Comandante operacional Major Brigadeiro declara que:

*“A crença que, além das atividades de apoio, a mulher poderia como os homens tornar-se combatente, resulta em treinamentos físicos inadequados a sua condição de mulher.”*

Para a mulher, sua presença num ambiente de predominância masculina, faz com que os homens, num primeiro momento, as vejam como uma ameaça a dinâmica das relações que os envolvem no cotidiano, refletindo, muitas vezes, num relacionamento de hostilidade. Tal hostilidade pode ser ou não presente no cotidiano da mulher, variando conforme a mesma encara as relações de gênero no ambiente de trabalho. Daí, uma porcentagem significativa com 4 (36,4% da totalidade) acreditar haver dificuldades independentes do sexo, não envolvendo questões de gênero, pois segundo a fala de uma das que defendem essa opinião:

*“No meu caso nunca fui privilegiada ou prejudicada por ser mulher. Faço questão de ser tratada igualmente aos outros profissionais.”*

Além de não reconhecer a existência de diferenças entre gêneros, desculpabiliza o homem da responsabilidade parcial percussora de discriminações no trabalho, deixando-a na responsabilidade integral de mulheres em ter que se impor a todo o momento para que receba um tratamento igual.

A dimensão dessas relações de gênero, dentro da estrutura organizacional da Instituição, foi considerada, por mulheres (com 90,9% da totalidade) e homens (com 81,1% da totalidade), perpassar todos os postos hierárquicos, onde homens avaliaram, diante das facilidades e dificuldades que lidam no cotidiano, (com

---

<sup>26</sup> Tal entrevista foi feita a Revista Aerovis 30 Anos, Brasília. Ano XXXI em comemoração ao pioneirismo das mulheres no Quadro de graduados, que em 1º de agosto de 2003, chegavam as primeiras mulheres deste quadro ao posto de Suboficiais, posto hierárquico mais alto da categoria.

54,4% da totalidade) sua condição sexual não ser vantajosa em relação à das mulheres que, por sua vez, em 100% da totalidade também consideraram, no somatório de facilidades e dificuldades, sua condição sexual está em desvantagem à dos homens.

Algumas justificaram essa posição em virtude do fato de ser mulher colocá-las muito em evidência e por isso serem mais cobradas, enquanto outras deram a entender que não existem facilidades, as que poderiam surgir são provenientes da “confiança” que as mulheres dão aos homens.

Nessa primeira indagação, as mulheres explicitam o chamado complô apontado em questão anterior como de maior dificuldade das mulheres no meio militar, o mesmo também foi apontado por mulheres pioneiras no curso de pára-quedismo do Exército<sup>27</sup>, ao declararem ser consideradas pelos próprios companheiros de curso como “pára-raios” das cobranças de instrutores, já na segunda fica confirmado a mistificação, por parte de algumas mulheres, quanto a sua condição de gênero na Instituição ao se culpabilizarem, como ressaltado em questão anterior, da total responsabilidade dessa condição.

Quanto à opinião dos homens, acham que mulheres são mais isentas de responsabilidades que eles, independente do posto que ocupem, sendo até comparadas ao menino “café com leite” das brincadeiras de infância:

*“Quando eu era criança e algum menino mais novo vinha brincar, ele era classificado como “café com leite”. Significava que o garoto em questão não poderia ter as mesmas atribuições e responsabilidades dos outros. Parece que é o caso das mulheres enquanto militares”.*

Verifica-se que os homens no que tange as relações no meio militar, utilizam-se da representação tradicional do militar, pautada na frieza e ríspido tratamento nas relações de trabalho, assim como na restrição a idéia de militar ser sinônimo de guerreiro combatente e força física apenas, excluindo as mulheres da categoria militar mediante haver junto a essa concepção deturpada do militarismo hoje, a representação paternalista da figura feminina dentro da Instituição.

Diante dessas diferenças entre gêneros fica fácil identificar a participação feminina em comparação à masculina na Instituição diante dos impactos provocados pela carreira militar na vida de ambos.

Homens alegaram com 5 (45,4% da totalidade) serem as viagens e constantes movimentações de uma região a outra dificultarem a estrutura familiar, o maior impacto que a carreira militar pode lhes proporcionar, contra 6 (54,4%) das

---

<sup>27</sup> Informação extraída de reportagem feita da Revista Verde Oliva do Exército em homenagem ao pioneirismo de duas Tenentes do Exército por concluírem o curso de pára-quedismo, considerado entre os militares como um dos cursos mais pesados da Instituição, por exigir extremo vigor físico.

mulheres que indicaram os impactos serem outros, dos quais se destacam: o prestígio que a carreira lhes traz no “mundo civil” com 33,3% que segundo uma suboficial, *“respeito e admiração, já que não é uma carreira comum para as mulheres, passa a idéia, aos leigos, de sucesso e pioneirismo.”* Dificuldades de administrar a vida pessoal por trabalharem em escala de 24h (situação mais vivenciada por mulheres que trabalham em função operacional), representam 50%.

Percebe-se que militares homens sofrem mais movimentação espacial do que as mulheres, diante de facilidades destes encontrarem na própria estrutura familiar por ser a figura, na visão do patriarcado, central no interior da família, que por convenção facilita mulheres e filhos o acompanhar nos planos de movimentação regional. Já para as mulheres, embora participem do espaço público pela profissão militar, procuram ajustar suas necessidades familiares com as do trabalho, onde embora seja previsto no Estatuto Militar, que o militar deve ter dedicação exclusiva a Instituição, excluindo-se de alguns direitos sociais referentes ao “mundo civil”, a mulher sob o estigma da dupla responsabilidade (doméstica e pública) e ainda das especificidades da representação social do feminino, refletidos na visão paternalista<sup>28</sup> da Instituição, tem ficado isenta de obrigações de movimentações sejam para cursos de especialização, seja para galgar ascensão na carreira militar. É também em função da dupla responsabilidade que mulheres indicam ser difícil administrar a vida pessoal, quando se tem uma profissão que lhe “toma a vida” com declara essa sargento: *“Não dá para se programar. Sua vida não te pertence”*.

Até aqui se mostra que na percepção masculina a mulher tem uma participação periférica na dinâmica da Instituição, diante de apontar motivos de natureza biológica como impedimentos para se ter atuação mais consistente. Quando se perguntou a homens e mulheres sobre a confiabilidade do trabalho da mulher em área técnica, tal como manutenção de avião, 100% de ambos os sexos responderam que sim, porém na justificativa tanto de um como de outro, apontaram que neste tipo de atividade se exige aptidão intelectual e qualificação e não força física. Ainda ressaltaram que o mérito da manutenção é das equipes, que quando tem mulher são mistas, e há sempre exatidão na conferência de panes de aeronaves antes das mesmas saírem ao solo, isentando os passageiros de quaisquer perigos. Na fala de um sargento: *“A capacidade técnica é a mesma entre homens e mulheres, o que diferencia é a força física, o que para certas tarefas é necessária”*. Para uma

---

<sup>28</sup> Ao analisar o Estatuto Militar, onde mesmo após o ingresso de mulheres nas Forças Armadas na década de 1980, nota-se que não houve mudanças significativas quanto ao caráter paternalista com relação a situação da mulher. Isso fica evidente quando se verifica assuntos relacionados à pensão militar (p.13), em que mulheres conjugues ou que tenha parentesco são asseguradas quase que integralmente na idéia de estas não poderem trabalhar, por viverem em função da carreira do marido.

Suboficial: *“Nestes 24 anos de experiência com equipes mistas pude constatar que a mulher é mais paciente e mais detalhista, atributos importantes na área de manutenção”.*

Quando se pergunta sobre o desempenho de mulheres em atividades propriamente militares, como a de cuidar da segurança do COMAER – Comando da Aeronáutica, chefiando equipes de serviço, seja como oficial – de – dia ou comandante – da - guarda<sup>29</sup>, as mulheres em 10 (90,9% da totalidade) se dizem ter confiabilidade nas atividades militares de mulheres, onde 8 (72,7% da totalidade) dos homens também compartilham da mesma opinião. Porém, em ressalvas, homens e mulheres, estas de forma indireta, alegam que mulheres podem desempenhar tais funções somente em tempo de paz, pois as mesmas conforme opinião de um Sargento: *“A mulher, acredito eu, devido ao espírito da maternidade, titubearia na hora de dar um tiro fatal num meliante, algo que outro faria de uma forma mais espontânea e tranqüila”.*

Tal declaração vai de conformidade a do Major Brigadeiro, quando diz: *“Numa situação de paz sim, mas em guerra ou quando a ameaça pudesse significar à entrada em combate a força física masculina seria decisiva”.*

Segundo a Suboficial: *“Mas neste caso as qualidades que diferenciam os dois sexos prejudicam a mulher, que é menos fria nas situações de risco”.* Já a Sargento diz: *“São necessárias habilidades femininas e masculinas para a segurança de uma unidade militar”.*

Diante das limitações e aptidões femininas apontadas tanto por homens e mulheres, estas últimas mostram uma inclinação à racionalidade masculina, pois analisam a sua própria condição de gênero de forma dual, numa divisão entre dois sexos, com características próprias a cada um, mistificando sua condição de mulher enquanto trabalhadora e a partir daí, não conseguem perceber em aspectos naturalizados as discriminações minuciosas que sofrem, pois conforme Foucault (1999) assumem nas relações de trabalho as perspectivas dominantes enquanto dominadas. Quando são indagadas a responder sobre a existência de situações onde se viram na necessidade de negociar (impor ou inibir) sua condição de ser mulher para ou no exercício de alguma atividade, somente 3 (27,2%) mulheres responderam ter passado por tal experiência.

Apontaram para situações onde lhes deram atribuições de atividades subalternas, que fogem da sua ossada de trabalho, que simbolizam bem a questão da

---

<sup>29</sup> Conforme regulamento de serviço de segurança da FAB, Oficial - de – dia é função atribuída ao oficial inferior, de ambos os sexos, até posto de 1º Tenente, já a função de Comandante – da – guarda é atribuída a graduados 3º Sargento e 2º Sargento.

discriminação quanto ao papel da mulher, tais como ficar na responsabilidade de organizar festinha; sempre que houver cerimonial de formatura ficar como recepcionista ou de babá de filhos de oficiais, assim como, em atividades que exijam maior esforço físico, onde há necessidade de carregar peso. Por outro lado, também foi ressaltado que, *“mediante o tratamento não ser igual e as posições de comando serem, quase na totalidade, ocupadas por homens, nós acabamos criando mecanismos para aproveitar as vantagens e diminuir as desvantagens nas relações de trabalho”* (declarado por uma Suboficial).

Pela quantidade de mulheres que declararam ter que se impor, fica claro que a maioria não percebe a dinâmica que envolve suas relações de trabalho, por vê-las através de um conformismo (Gramsci, 2001) que remete ao fortalecimento do corporativismo masculino dentro da Instituição e ao processo de periferização da mulher.

Quanto à entrada das mulheres contribuir para o rompimento da idéia que militarismo foi feito para os homens, 100% das mulheres e 81% dos homens disseram ser a favor desta afirmação. No discurso oficial do Major Brigadeiro: *“A idéia de que militarismo foi feito para os homens remonta aos tempos em que militar era sinônimo de guerreiro e força física apenas, a evolução das guerras nos mostra cada vez mais que as atividades exercidas atrás da linha de frente são decisivas”*.

O Comandante ressalta a importância do papel da área de apoio operacional, que nos dias de hoje se tornou decisiva, pelo fato dos combates serem ganhos diante da tecnologia e estratégias de jogos de guerras. Tal declaração, aparentemente, deixa as vias de acesso a essência do militarismo, tangenciada pela capacidade de exercício de poder, acessíveis a participação feminina. Fato que reflete a posição das Forças Armadas, dentro da dinâmica das relações de poder entre os níveis organizacionais da sociedade, de submissão à sociedade democrática. Porém, no que se refere à realidade das relações cotidianas internas dos quartéis, mesmo diante de das metamorfoses do espírito militar - que por não ser uma constante, tem na sua não substancialidade, a essência da dialética das relações democráticas, representadas entre o “mundo civil” e Instituições militares – cultiva alguns valores remotos quanto a preservação da identidade tradicional militar.

### **3.5 O espírito militar na contemporaneidade e a participação feminina:**

O espírito militar<sup>30</sup> da contemporaneidade imbuído da essência do militar combatente, o a priori nas escolas de formação militar, se torna flexível no decorrer da carreira daqueles que atuam em atividades mais técnicas<sup>31</sup> que combatentes. Diante desse novo comportamento do espírito militar, perguntei a homens e mulheres qual seria a sua concepção sobre o que é ser militar, diante das experiências que tiveram, até então, nas suas respectivas carreiras. As mulheres, assim como os homens em 6 (54,5% da totalidade) responderam considerar um emprego como outro qualquer, com diferencial em usar farda e participar de alguns ritos, tais como formatura, passagens de comando e etc. Dos comentários, justificando a opção marcada fica na posição dos Sargentos: *“Para mim foi meramente um trabalho onde eu consegui estabilidade.”* Já para as Sargentos: *“Por trabalhar num setor onde a maioria são mulheres civis, o militarismo de certa forma perde a sua força.”*

Diante dessas declarações homens e mulheres deixam evidente que nas relações cotidianas de trabalho a hierarquia e a disciplina não causam muito impacto, onde o primeiro identifica como especificidade da sua profissão a estabilidade e na segunda, o fato de haver um contato maior com civis e, especificamente mulheres no ambiente de trabalho, quebra um pouco do que seria de fato o militarismo – contato militar entre homens. Segundo a declaração de uma Suboficial: *“o espírito de corpo, disciplina, respeito e o sentimento de ser um pouco dono da empresa em que trabalha também existem no meio civil.”*

Na comparação do meio militar com o mundo civil feita pela Suboficial, a expressão ser *“dono da empresa”*, expressa bem a idéia que hoje o próprio militar tem da Instituição – uma empresa aos moldes civis, em que as relações de trabalho se dão diante da competitividade em função da produção. Há aqui, uma idéia bem contraditória quanto ao pensar militar, de superioridade moral em prol do bem-estar e ordem moral da sociedade. Tais comentários são um contraste quando comparados a definição de ser militar na resposta do Major Brigadeiro – Comandante Operacional:

*“A identificação da minha profissão como qualquer cidadão, a consciência das minhas responsabilidades a qualquer hora do dia e da noite e o orgulho de estar sempre pronto para cumprir o meu dever como servidor militar”.*

---

<sup>30</sup> A categoria espírito militar é utilizada de acordo com o conceito extraído da obra de Celso Castro. O Espírito Militar.

<sup>31</sup> Aqui o termo atividade técnica está relacionado a atividades geridas pela tecnologia, que necessitam de constantes atualizações em função de constantes avanços no mundo tecnológico e conseqüente contato como o mundo civil.

Ele equipara qualquer cidadão ao militar, no aspecto da identificação com uma profissão, mas deixa claro que o militar deve ter dedicação exclusiva ao serviço, estando disponível a qualquer momento do dia ou da noite e com orgulho de fazê-lo, ou seja, sem questionar as “regras do jogo”.

Para melhor sintetizar a análise, acrescenta-se que a segunda declaração feminina é proveniente de uma mulher que trabalha em função técnica, daí a sua comparação com a empresa, enquanto que os outros dois são da área administrativa, ou seja, não se envolvem com atividades operacionais – o cerne do espírito militar da FAB.

Ainda nesta questão, é importante ressaltar que uma das opções do questionário (Ter um sentimento de união expresso no espírito de corpo, mediante um sentimento de pertencimento a FAB) que é um dos fundamentos do pensamento militar, não foi opção marcada por nenhuma das mulheres participantes da pesquisa, contra ser a segunda opção mais marcada pelos homens. Parece que as mulheres não se sentem parte do corpo militar ou não acham isso relevante.

Quanto à opinião de homens e mulheres na avaliação de um bom militar, mulheres em 6 (54,5% da totalidade) responderam que é a capacidade em resoluções de problemas no cotidiano profissional, contra 7 homens (63,6% da totalidade) que consideram a obediência acima de tudo como o principal na avaliação de um bom militar.

Aqui fica claro, que a mulher concebe o militarismo como uma profissão igual a quaisquer outra, desvinculando-a dos aspectos peculiares do espírito militar, valorizando sua atuação através de critérios da prática profissional técnica e não militar, enquanto que homens, independente da área que atuem, enxergam a profissão do olhar do pensamento militar tradicional, que tem na disciplina (que no militarismo é a tradicional idéia de obediência acima de tudo) seu alicerce.

Já a opinião de homens e mulheres convergiu, homens com 7 (63,6% da totalidade) e mulheres com 6 (54,4% da totalidade), quanto ao que julgam como fundamental no exercício da atividade profissional. Eles consideraram a capacidade de tomar decisões importantes sob forte pressão, a fundamental no exercício da profissão.

Essa percepção de homens e mulheres do serviço militar está intrinsecamente ligada à atuação destes dentro da Instituição, assim como esta última está condicionada pela motivação dos mesmos em procurar o serviço militar. Daí, verificou-se que tanto mulheres como homens tiveram, embora em proporções diferentes, as primeiras com 9 (81,8% da totalidade) , os segundos com 5 (45,4% da totalidade) como principal motivo para o ingresso no serviço militar, fato de ser a

oportunidade de emprego estabilizado a fim de galgar algo melhor posteriormente. Vale ressaltar que nenhuma mulher indicou como opção a identificação com o militarismo.

Segundo declaração de uma sargento: *“Achei que fosse a hora de conquistar minha independência rapidamente (...) que me daria um retorno que eu precisava naquele momento para começar minha vida.”* Para a Suboficial: *“o desejo de morar em Brasília.”* Já a declaração de um sargento: *“Tinha o sonho de ser piloto, mas o curso civil, além de caro, não traz a certeza de conseguir ser empregado. Como não consegui me formar piloto, pois fui desligado da AFA<sup>32</sup> faltando um ano para me formar, resolvi fazer algo que me mantivesse na atividade aérea da FAB.”* Ainda um outro sargento: *“A minha identificação com o militarismo consistia na rotina de trabalho, o gosto pelo exercício físico e a proximidade das armas de fogo.”*

Verifica-se que para as mulheres entrar na FAB foi um meio que utilizaram na conquista de algum objetivo que era alheio à Instituição, enquanto que para os homens, por mais que fosse uma oportunidade de emprego, também significava algo existencial, pois encontravam uma forma de realizar-se enquanto ser genérico<sup>33</sup>, pois buscavam o que ia de encontro com o que se identificavam.

Nota-se até aqui, que mulheres e homens embora tenham ingressado no serviço militar numa mesma conjuntura e ainda desempenhando atividades em áreas similares, sob a premissa de um espírito militar mais flexível no que se refere a tradicional exaltação do combatente. Mulheres adquirem uma perspectiva de pensamento militar diferente dos homens, como se evidenciou anteriormente.

Tal fato é decorrente das relações de gênero reproduzidas de fora para dentro da Instituição, expressando-se numa participação periférica das mulheres na dinâmica do coração da Instituição, a área operacional. São vistas pelos homens como militares de espírito fraco com caráter complementar, o qual presta apoio às linhas de frente, ao mesmo tempo em que elas não valorizam esse aspecto do espírito militar, dito como “masculino”, dando mais importância ao aspecto técnico da profissão.

---

<sup>32</sup> AFA – Academia da Força Aérea Brasileira.

<sup>33</sup> Ser genérico, na perspectiva Marx (1980), de se descobrir enquanto essência humana no desempenho de trabalho o que difere do trabalho alienado, pois este não dá ao ser humano a oportunidade de buscar sua essência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com o processo acelerado de modernização da sociedade brasileira a partir do meado do século XX até as décadas finais deste mesmo século, podemos observar conquistas significativas referentes ao trabalho feminino, tanto pela intensa entrada de mulheres no mercado de trabalho quanto relativo à ampliação dos direitos e a formalização das relações deste trabalho.

Houve mudanças, mas as mulheres continuam a trilhar na busca de rompimentos de paradigmas de representações dicotômicas de papéis de gêneros, criando polêmicas em ocupações de cargos tradicionais masculinos e Instituições tradicionalmente reservadas a homens.

Embora juridicamente reconhecida igualdade entre homens e mulheres, as Instituições, enquanto reflexo da dinâmica da sociedade (Gramsci, 1999), reflete discrepâncias sócio-políticas entre homens e mulheres e tal fato foi evidenciado na igualdade de acesso a aparelhos organizacionais estratégicos da sociedade, porém com limitações estruturais de participação política.

Na apuração e análise dos dados, ao constatar o fato dessas mulheres, enquanto militares, não absorverem o a priori da construção do espírito militar, o sentimento de pertencimento à Força diante da idéia de homogeneidade, tendo tal homogeneidade pautada na igualdade quantitativa de posto hierárquico, sob pano de fundo da racionalidade masculina tradicional do militarismo que embora, em determinados momentos a mulher tenha inclinação a essa racionalidade, tal como ocorre em algumas determinações do patriarcado, ela acaba não a absorvendo por completo como sua, e tal circunstância é reafirmada nas relações de gênero no cotidiano das relações de trabalho dentro das Instituições militares.

Assim, homens encaram a presença da mulher como simples figurantes na encenação do militarismo, enquanto que estas, por vezes, não dão conta da sua situação periférica por estarem ali, “somente para trabalhar” sem percebe a importância política que poderiam assumir dentro de uma Instituição que teve e tem um papel fundamental na coesão da sociedade brasileira. *O que comprova a hipótese de que a contribuição da entrada das mulheres na FAB na construção de um novo espírito militar está condicionada a intenção destas na Instituição e ao grau de aceitação dos que já estão nela.*

Hoje, com a possibilidade da entrada de mulheres em quadro de carreira que lhes possibilitará assumir cargos de comando, a oportunidade está lançada para que haja uma melhor adaptação da Instituição à chegada das mulheres,

e não destas à Instituição. Todavia, a oportunidade de exercer cargos de comando não é o determinante para que se dê início a um processo de mudança no reconhecimento do papel da mulher militar, mas um condicionante que somado ao exercício do repensar dessas mulheres sobre o seu papel no espaço público diante da ajuda de profissionais do serviço social, enquanto intelectuais orgânicos, trabalhando as articulações dos papéis dos gêneros na sociedade, estarão caminhando para progresso na expansão do reconhecimento do papel da mulher na superestrutura social, partindo dessa estrutura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v.4. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 394p.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 460p.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v.1. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 494p.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 295 p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 262p

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir Il'ich. Sobre a mulher. 2. ed. São Paulo: Global Editora e distribuidora Ltda., 1980. 139 p

PERROT, Michelle. Excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332 p

BRUSCHIN, Cristina pinto, Celi Regina. Tempos e lugares de gênero. São Paulo: Ed. 34, 2001. 325 p

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho?: Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Perdizes: Boitempo, 2002. 335 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Mulher na sociedade de classes: Mito e realidade(a). 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1976. 383 p

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1997. 678 p.

BRUSCHINI, Cristina; SORJI, Bila. Novos olhares: Mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1994. 285 p

MURARO, Rose Marie. Mulher no terceiro milênio: Uma historia da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro (a). Rio de janeiro: Rosa Dos Tempos, 2000. 205 p.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. Questão de gênero (uma). Rio de janeiro: Rosa Dos Tempos, 1992. 336 p

GIUBERTTI, Adriana Maria. Estereótipos de gênero nos espaços familiar e do trabalho: Traços culturais, relações de poder. Brasília, 1997. 147 f.

Conselho Nacional do Direito da Mulher. Mulher e Trabalho. Brasília, 1985

OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: Critica a razão dualista (a) o ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 2003. 150 p.

MERCADANTE, Paulo. Militares & civis: A ética e o compromisso. Rio de janeiro: Zahar, 1978. 218 p

ANTOSSIAK, A B. Geografia do militarismo. Moscovo: Progresso, 1987. 222 p.

CASTRO, Celso. O espírito militar: Um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de janeiro: Zahar, 2004. 182 p

TREVISAN, Leonardo. O pensamento militar brasileiro. ed. Eletrônica. Disponível em: <HTTP: // [www.booksbrasil.com](http://www.booksbrasil.com)> acesso em 10 jun 2006.

MARECHAL, Castelo Branco: Seu pensamento militar. Rio de janeiro: Impr. Do Exercito, 1968. 327 p.

SCHIRMER, Coronel Pedro. Das virtudes militares. Rio de Janeiro: Bibliex. Coleção Avulsa, 1984.

CAIRE, Raymond. A mulher militar. Das origens aos nossos dias. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n.52 de 8 novembro de 2006. 39° Ed. São Paulo: Saraiva

Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880. Presidência da República/Casa Civil. 1980

Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER). Estado Maior da Aeronáutica, 1975.

Portaria nº 1.114 /GM6, 04 outubro, 1982. Estado Maior da Aeronáutica

SCOTT, Joan W. Gênero uma categoria útil para análise histórica, Educação e realidade, Porto Alegre: 16, 2: 5-22, 1990. SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. in: XVII Reunião da ANPOCS, Caxambu, MG, 1990.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: A mãe, a prostituta, Caderno espaço feminino, Uberlândia, v.11, n. 4, p.43-58, 2004.

PERROT, Michelle. Sair, História das mulheres no Ocidente (org.: Michelle Perrot e Georges Duby): Ed. Afrontamentos, São Paulo: Ebradil, 1999.

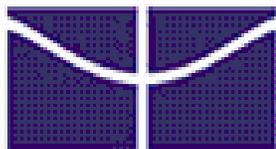
GOMES, Carlos Tinoco Ribeiro, ex. ministro do Exército do Brasil, em entrevista ao CPDOC/FGGV em 1999.

PEREIRA, Mauro César Rodrigues, ex. Ministro da Marinha do Brasil, em entrevista ao CPDOC/FGV em 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

## Anexo I:

Instrumental utilizado na pesquisa de campo



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Serviço Social

O questionário tem por finalidade colher dados para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB, com a finalidade de adquirir o título de Graduação em Serviço Social.

*Favor enviar o questionário respondido para o e-mail: pesqgenero@gmail.com*

1- Idade:

18 a 27 anos  28 a 37 anos  acima de 37 anos

2- Naturalidade:

3- Sexo:

Feminino  masculino

4- Grau de escolaridade:

Médio Completo  Superior cursando  Superior completo  
 Pós-graduação

5- Origem social:

Renda até 1 salário mínimo  Renda de 1 a 3 salários mínimo  
 Renda de 3 a 5 salários mínimos  Renda acima de 5 salários mínimo

6- Nível de escolaridade dos pais:

Mãe:  Analfabeto  Fundamental completo  Médio incompleto  
 Médio Completo  Superior cursando  Superior completo

Pai:  Analfabeto  Fundamental completo  Médio incompleto  
 Médio Completo  Superior cursando  Superior completo

7- Estado civil?

Solteiro(a)  Casado(a)  Divorciado(a)  Outro. Qual: \_\_\_\_\_

8- Possui filhos?

sim  não

9 – Posto Hierárquico:

Sargento       Suboficial       Oficial inferior       Oficial intermediário  
 Oficial superior       Oficial general

10 – Função que exerce: (Comente em 4 linhas a opção marcada)  
 Administrativa       Técnica       Técnica operacional       Saúde

11- Teve alguma experiência profissional antes de entrar para a FAB?(Comente em 4 linhas a opção marcada)  
 Não       Sim. -> Qual?

12- Tinha idéia de como funcionava o militarismo antes de fazer parte da FAB?(Comente em 4 linhas a opção marcada)  
 Sim       Não

13- O que a levou entrar para o serviço militar?(Comente em 4 linhas a opção marcada)  
 Oportunidade de emprego estabilizado a fim de galgar algo melhor posteriormente  
 Status social  
 Identificação com o militarismo  
 Oportunidade de seguir uma carreira dentro da área de conhecimento que lhe interessa.  
 Outros. Quais? \_\_\_\_\_

14- Faz alguma atividade extra ao quartel?  
 não       sim -> Quais? \_\_\_\_\_

15- O que é ser militar?(Comente em 4 linhas a opção marcada)  
 Negar-se a racionalidade do “Mundo Civil”, negando-se a si mesmo em prol das necessidades da FAB.  
 Ter um sentimento de união expresso no espírito de corpo, mediante um sentimento de pertencimento a FAB.  
 Seguir uma conduta mapeada em prol da disciplina.  
 É ter um emprego como outro qualquer, onde o diferencial está em usar farda e participar de alguns ritos, tais como formaturas, passagens de comando e etc.  
 Outros. Quais? \_\_\_\_\_

16- Quantas mulheres existem na unidade onde você serve desempenhando a mesma função que a sua?  
 Nenhuma       1 a 5       6 a 10       acima de 10

17– Dentre as opções abaixo qual você julga como fundamental para desempenhar a mesma função que a sua na FAB?(Comente em 4 linhas a opção marcada)  
 Raciocínio lógico apurado  
 Capacidade de tomar decisões importantes sob forte pressão  
 Liderança  
 Vigor e/ou resistência física  
 Outros: \_\_\_\_\_

18- Na prática, o que é levado mais em consideração quando se quer avaliar um(a) militar como bom(boa)? (Comente em 4 linhas a opção marcada)

Obediência acima de tudo.

A capacidade em resoluções de problemas no cotidiano profissional.

O relacionamento deste(a) militar com os demais no ambiente de trabalho.

Apresentação pessoal.

Outros: \_\_\_\_\_

19- Quais facilidades você considera que uma mulher tem na FAB?(Comente em 4 linhas a opção marcada)

Suavidade do trato de superiores hierárquicos.

Menor grau de responsabilidade no trabalho com relação aos demais de sua equipe.

Facilidade em conseguir benefícios, tais como realizar missões externas, flexibilidade de horário de trabalho, transferência de OM e etc.

Nenhuma. Não percebo diferenciações no tratamento militar para homens e mulheres.

outros: \_\_\_\_\_

20- O que você considera ou considerou num primeiro momento, para a mulher, como de maior dificuldade nas relações de trabalho no ambiente militar? (Comente em 4 linhas a opção marcada)

Inconfiabilidade na sua prática profissional e/ou militar.

Necessidade de adesão ao comportamento masculino para melhor se relacionar com os demais.

Ter que impor sua condição de ser mulher no desempenho de determinadas atividades, seja num treinamento para formatura, rotina de trabalho entre outros.

Nenhuma. As dificuldades que existem no ingresso a FAB e as que surgem no cotidiano independentes do sexo, pois são as mesmas para homens e mulheres.

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

21- Se fosse fazer um somatório das facilidades e dificuldades nas relações de trabalho, poderia classificar o resultado como vantajoso em relação aos homens de mesmo posto hierárquico que das mulheres? (Comente em 4 linhas a opção marcada)

sim  não

22- Isso se manifesta mais nas relações de trabalho de mesmo nível hierárquico ou independe?

23- Qual idéia você acha que está embutida na expressão: Militar não tem sexo?( Comente em 4 linhas a opção marcada)

Uma forma de expressar que para ser militar independe do sexo, estando as Forças Armadas aberta ao ingresso de mulheres.

Negação da presença do feminino no meio militar, já que a fazendo não precisa se preocupar com as necessidades vindas com a entrada de mulheres.

Negação tanto do masculino como do feminino, expressando a superioridade militar diante do mundo civil.

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

24- Que impacto a carreira militar traz para a vida privada? (Comente em 4 linhas a opção marcada)

Viagens e constantes movimentações de uma região a outra dificultam a estrutura familiar.

Nenhum. A FAB é como se fosse uma família para mim, já que ela também é parte da minha vida privada.

Percebo que o esteriótipo do militar diante da Sociedade Civil cria um estigma, que nas relações cotidianas extra ao quartel, sobrepõe minha identidade pessoal resultando, por vezes, em algum tipo de discriminação.

Outros: \_\_\_\_\_

25- Você viajaria tranquilamente num avião cuja manutenção foi realizada por uma mulher militar? (Comente em 4 linhas a opção marcada)

sim  não

26- Você confiaria a segurança do COMAER a uma equipe de serviço chefiada por mulheres, tais como oficial – de – dia, comandante – da – guarda e sargento – de -dia ao BINFAE? (Comente em 4 linhas a opção marcada)

sim  não

27- Com entrada de mulheres na FAB para exercer funções que tradicionalmente são masculinas, tais como: manutenção de avião, controle de tráfego aéreo, piloto de avião e etc., pode-se dizer ser um começo para um possível rompimento com a idéia que militarismo foi feito para os homens? (Comente em 4 linhas a opção marcada)

sim  não

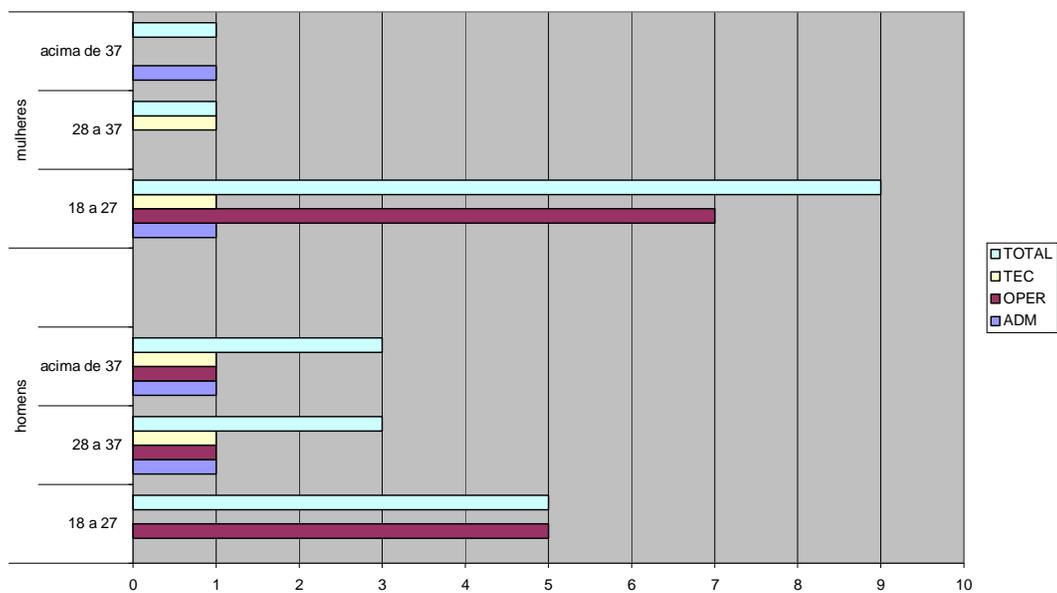
**Obs.: A questão a seguir deverá ser respondida somente por mulheres:**

28- Se já houve alguma situação de trabalho onde você se viu na necessidade de negociar (impor ou inibir) sua condição de ser mulher para ou no exercício de alguma atividade. Teça alguns comentários a respeito.

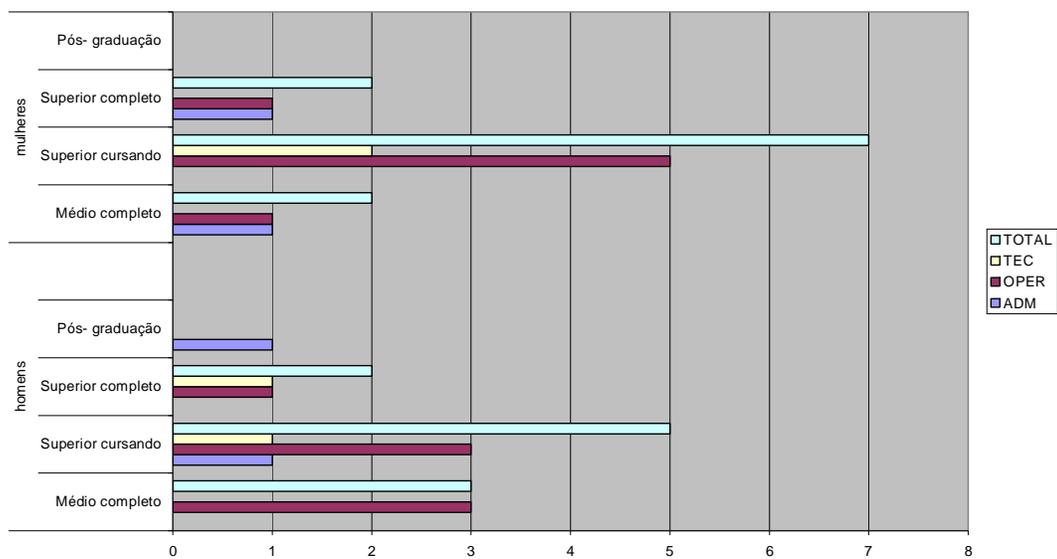
## Anexo II:

### Gráficos: Avaliação de Resposta do Instrumental Aplicado a Homens e Mulheres que estão no Serviço Militar da Força Aérea Brasileira:

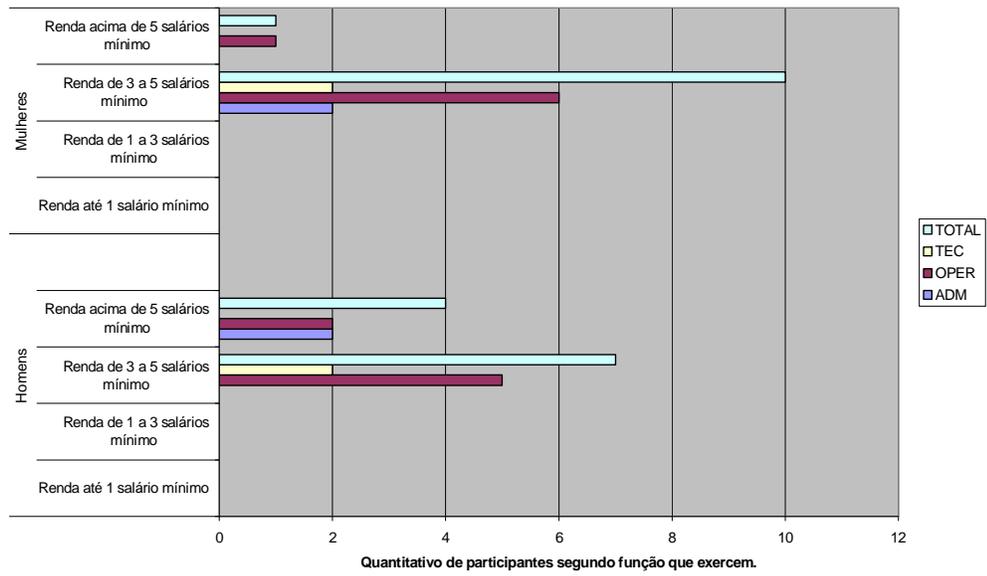
Faixa etária de homens e mulheres, segundo a função que exercem.



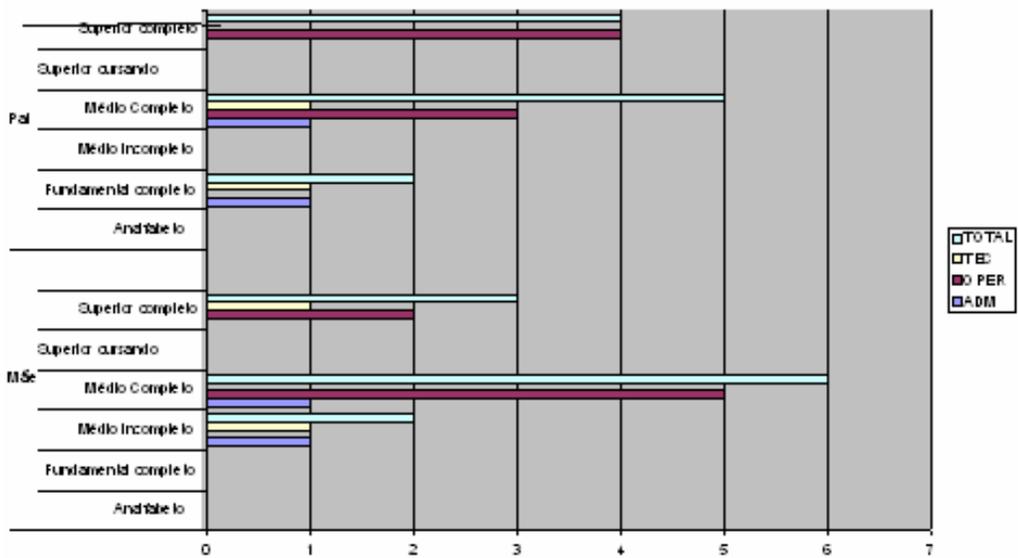
Grau de escolaridade de homens e mulheres.



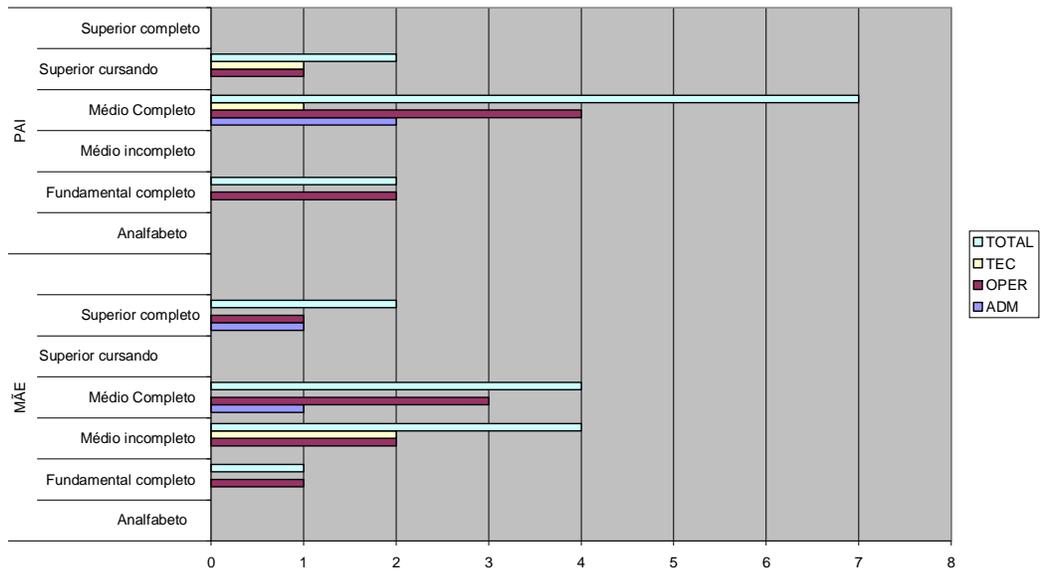
Origem social segundo renda da família de origem.



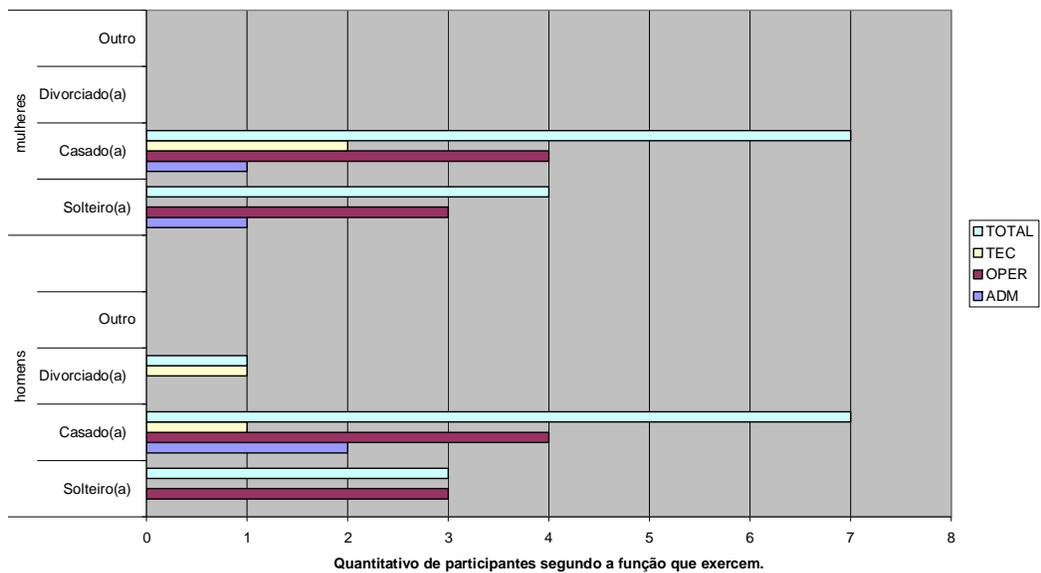
Nível de escolaridade dos pais de acordo com o tipo de ocupação feminina



Nível de escolaridade dos pais de acordo com o tipo de ocupação masculina.

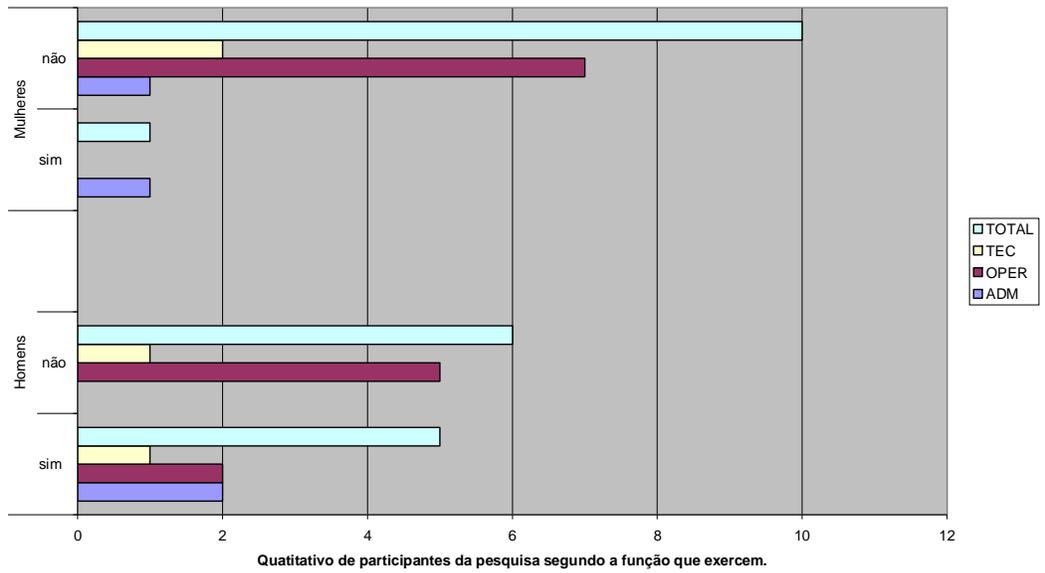


Estado civil

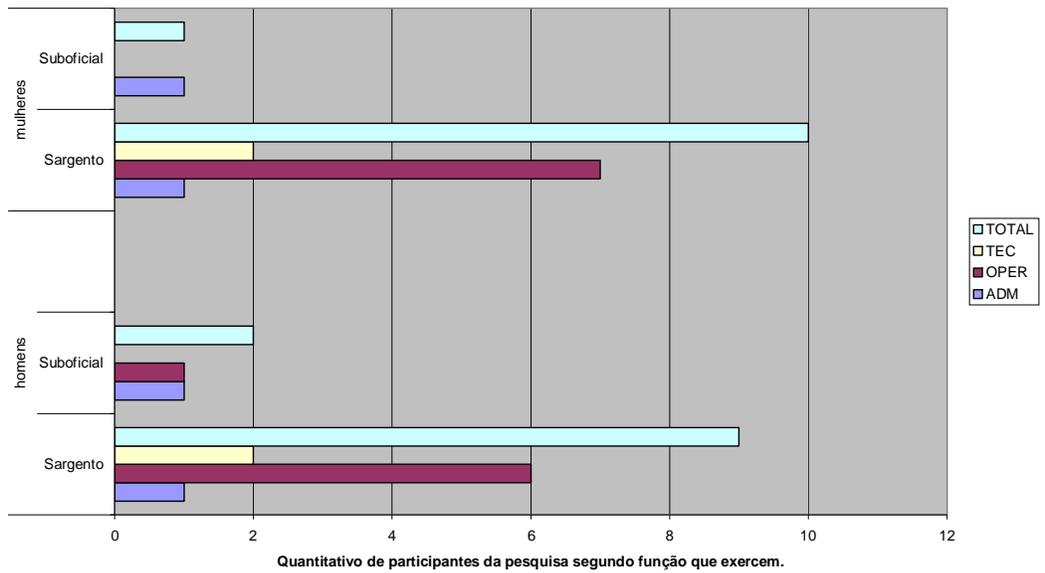


Quantitativo de participantes segundo a função que exercem.

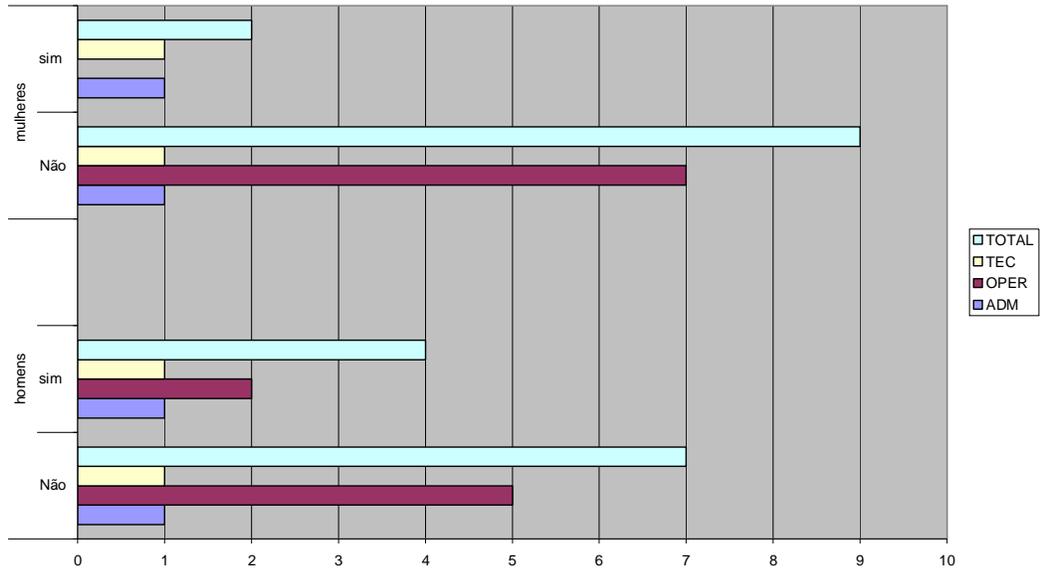
**Declararam possuir filhos:**



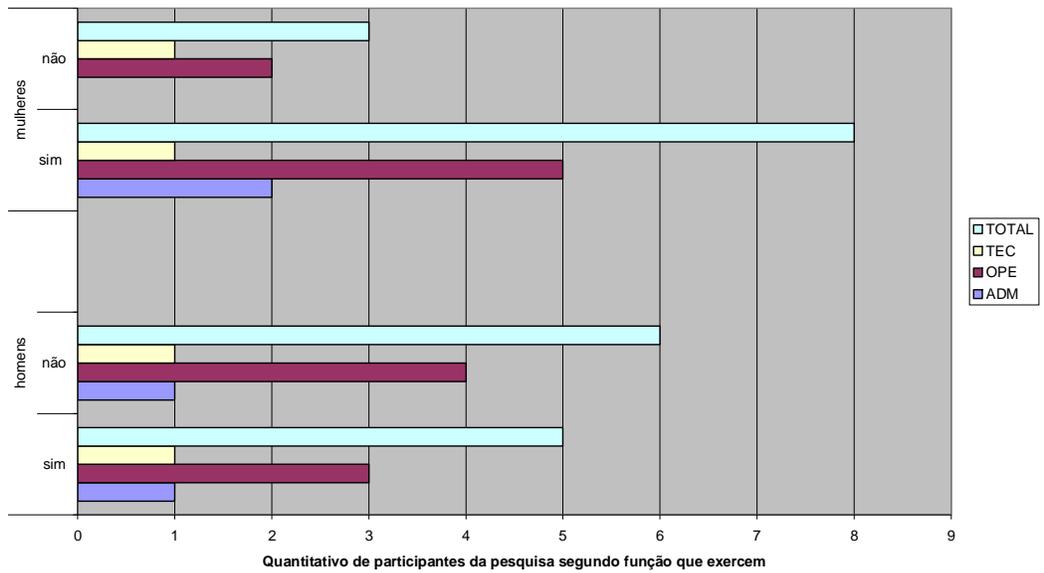
**Posto hierarquico de homens e mulheres.**



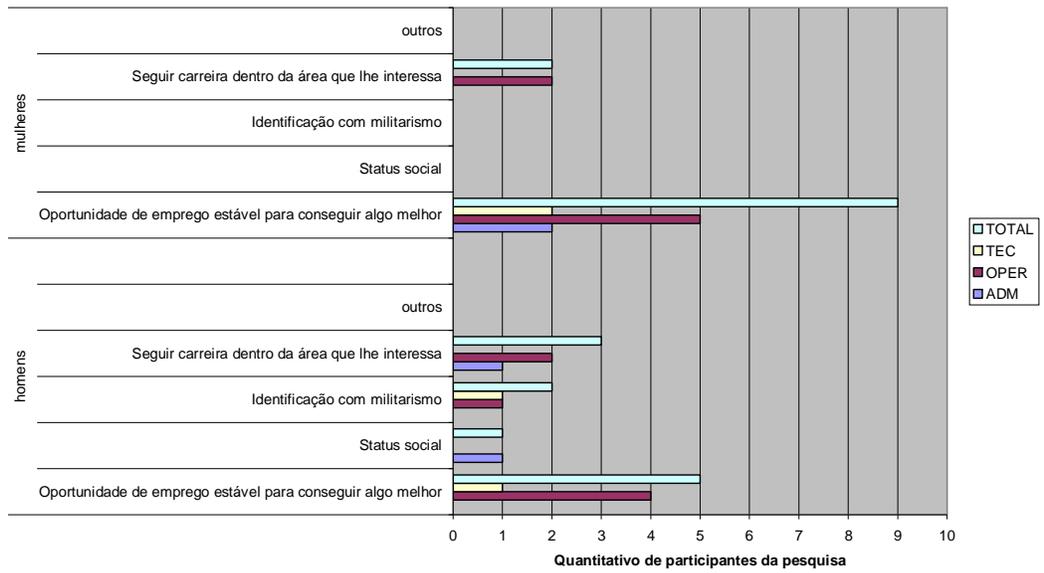
**Experiência profissional de homens e mulheres antes de entrar na FAB.**



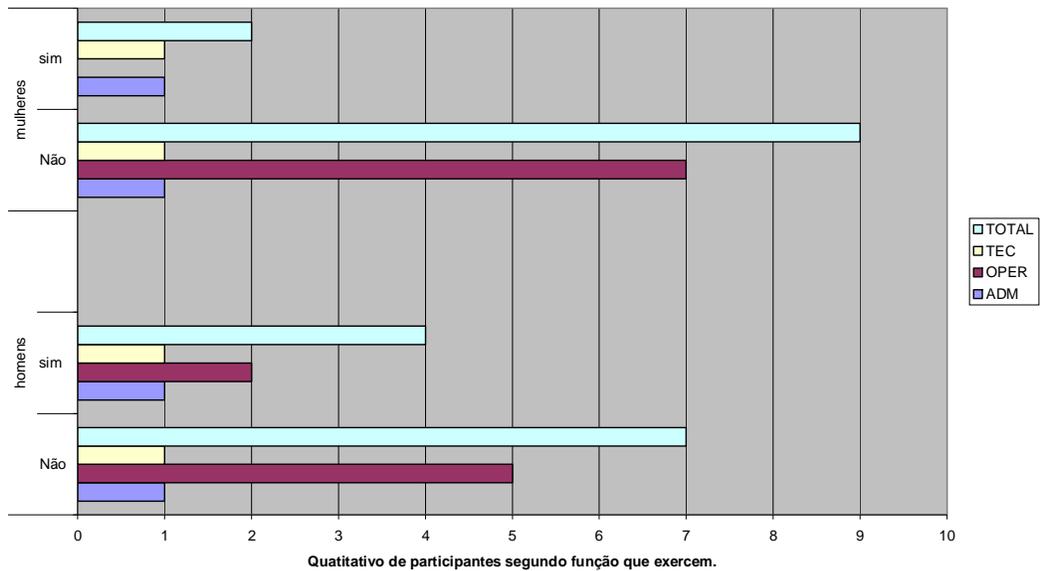
**Declararam ter idéia de como funcionava o militarismo antes de ingressar na FAB.**



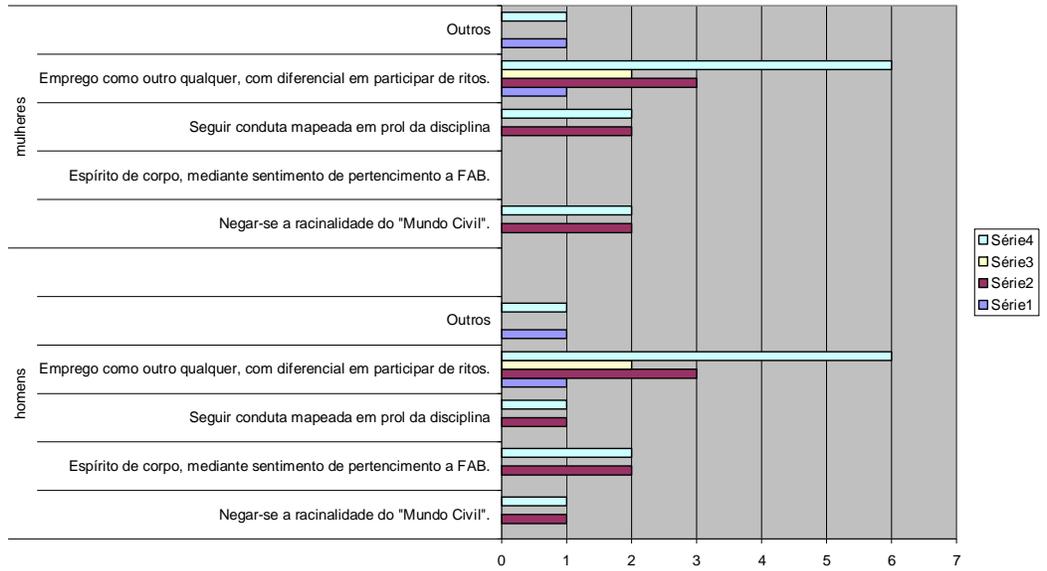
**Motivação de homens e mulheres para a procura do serviço militar.**



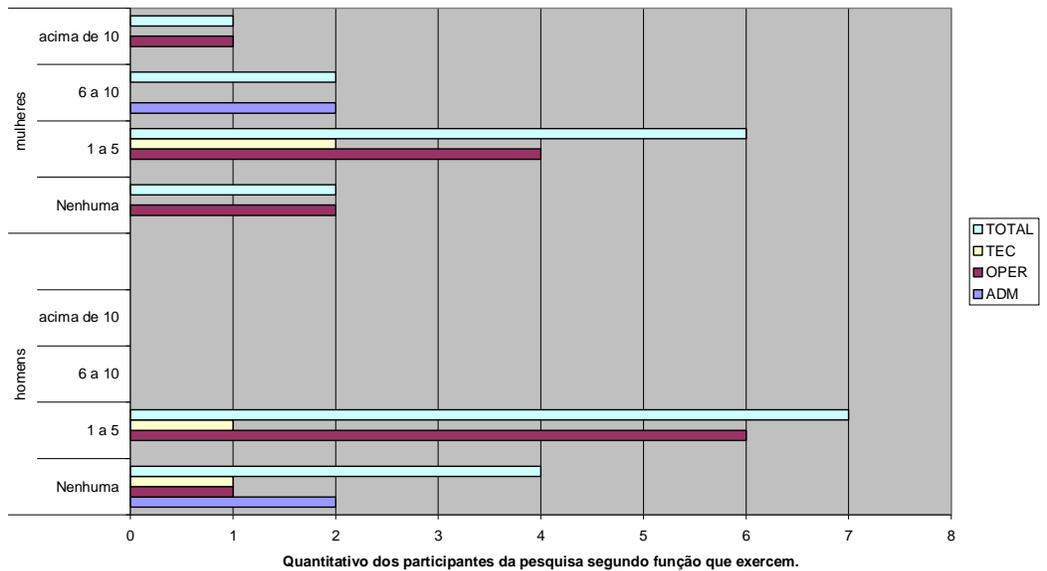
**Declararam fazer atividade extra ao quartel.**



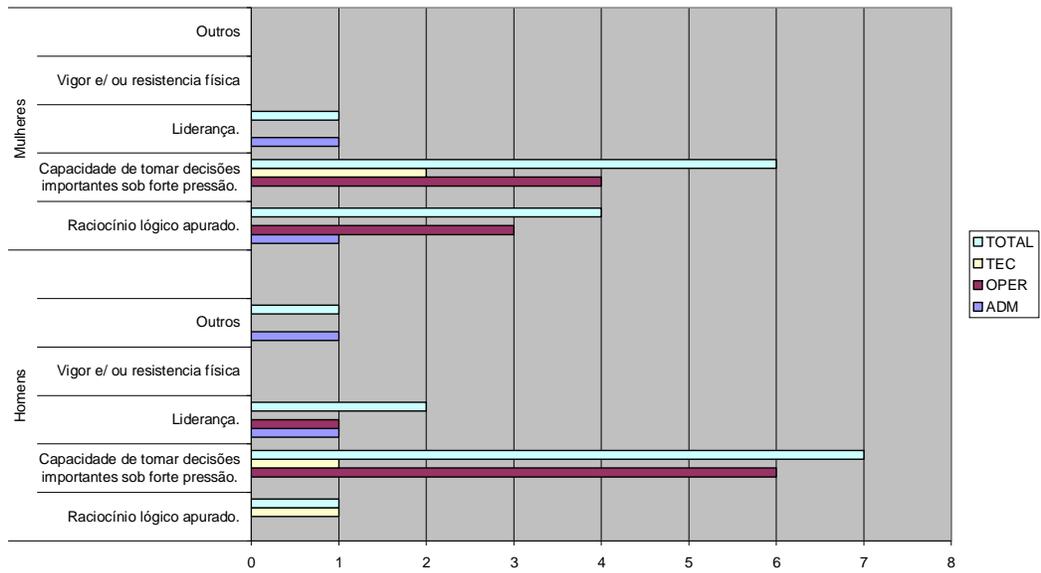
O que é ser militar na concepção masculina e feminina.



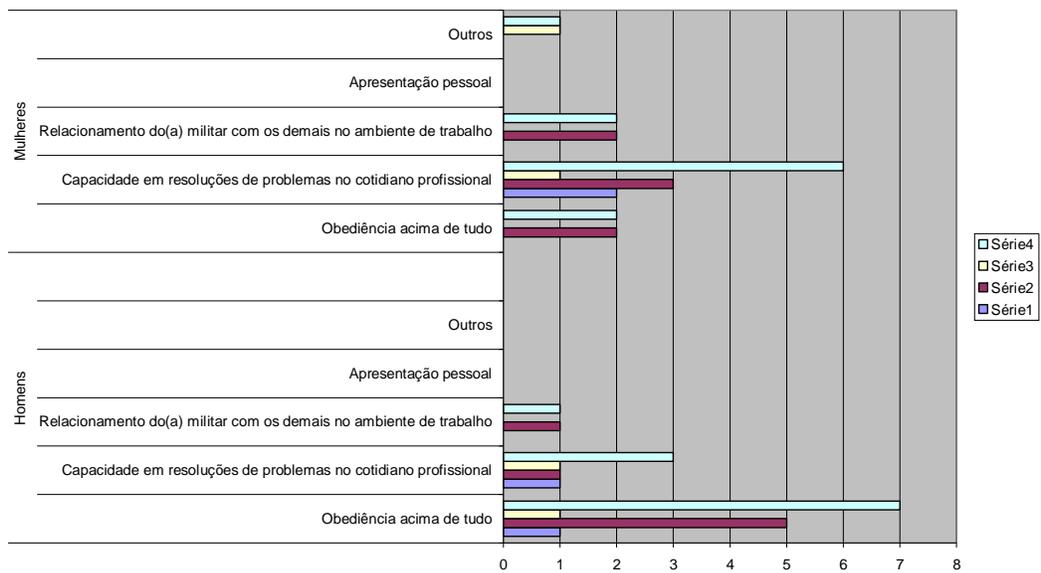
Quantidade de mulheres que exercem a mesma função dos que participaram da pesquisa.



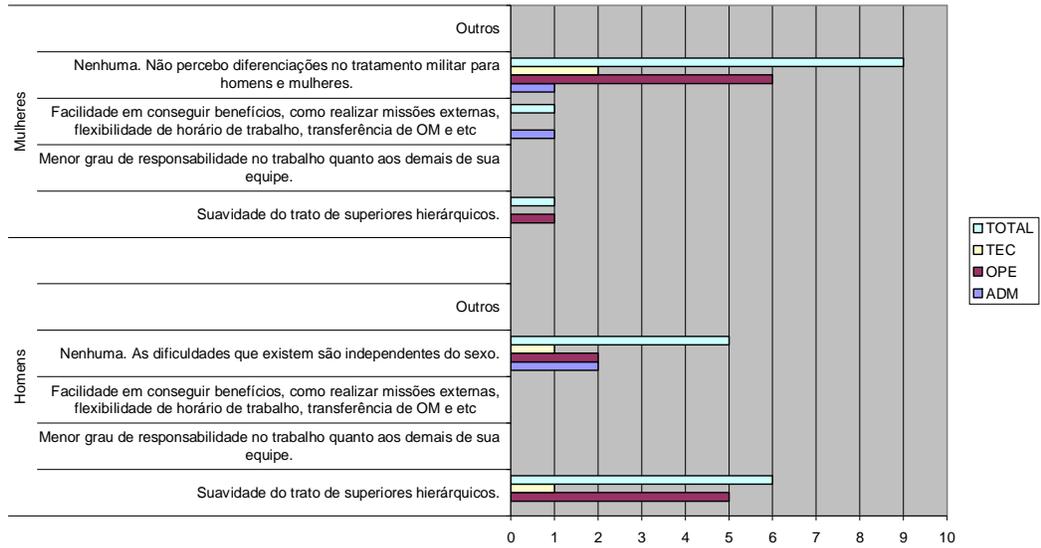
O que homens e mulheres julgam como fundamental no exercício da atividade profissional.



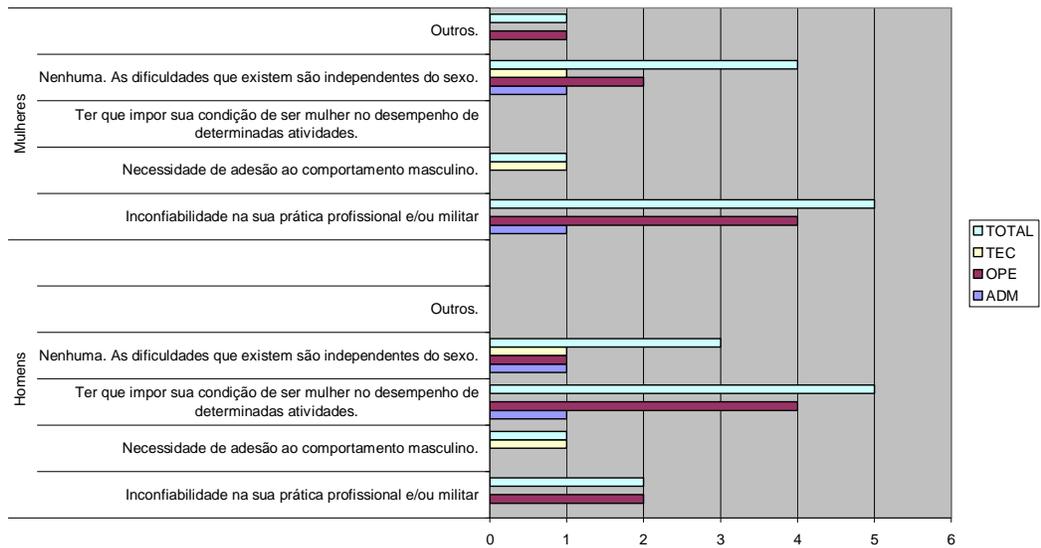
Concepção de homens e mulheres sobre o que é levado em conta na avaliação de um bom militar.



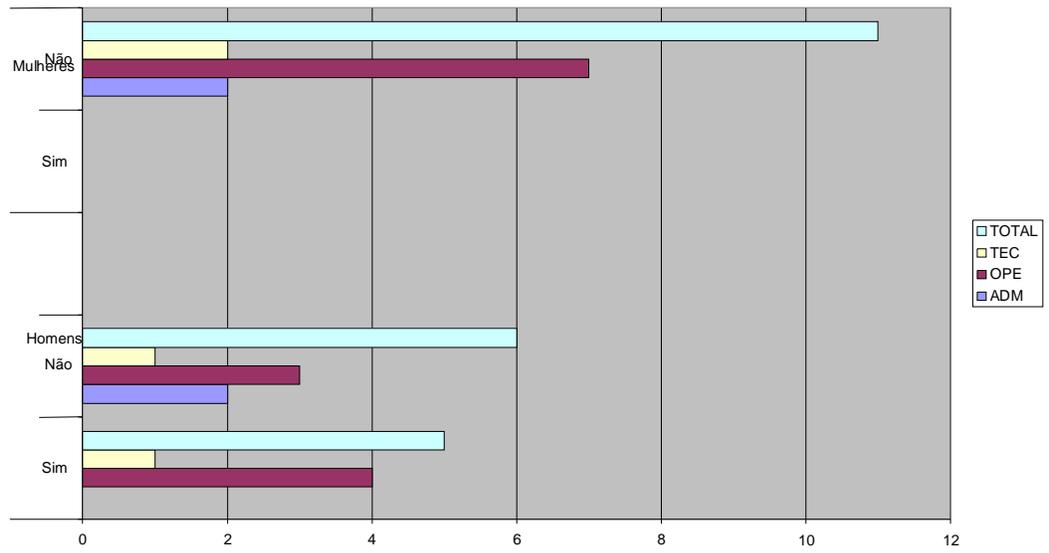
**Como homens e mulheres enchem nas relações de gênero no âmbito da Instituição, as facilidades de mulheres nas relações de trabalho.**



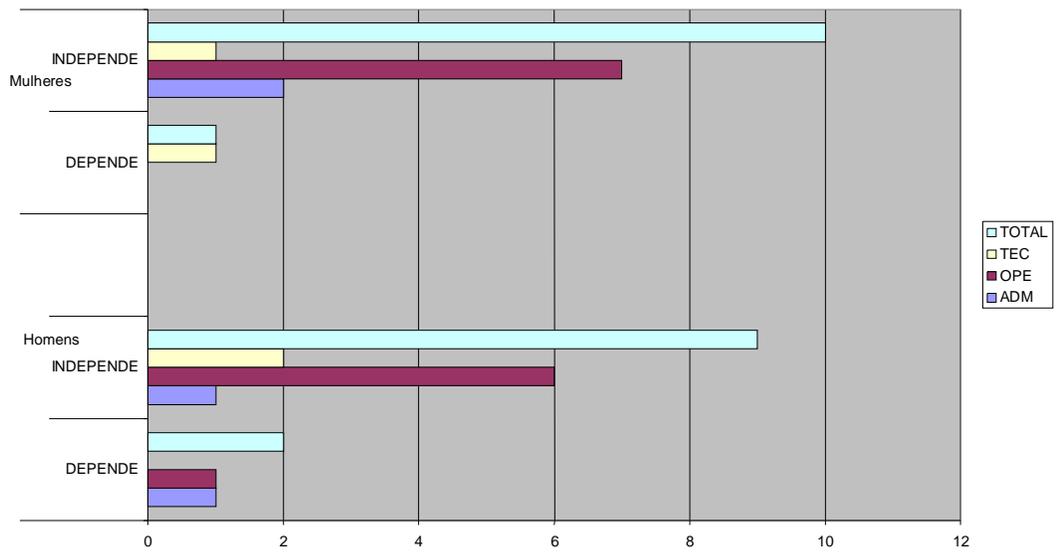
**Como homens e mulheres enchem nas relações de gênero no âmbito da Instituição, as dificuldades de mulheres nas relações de trabalho.**



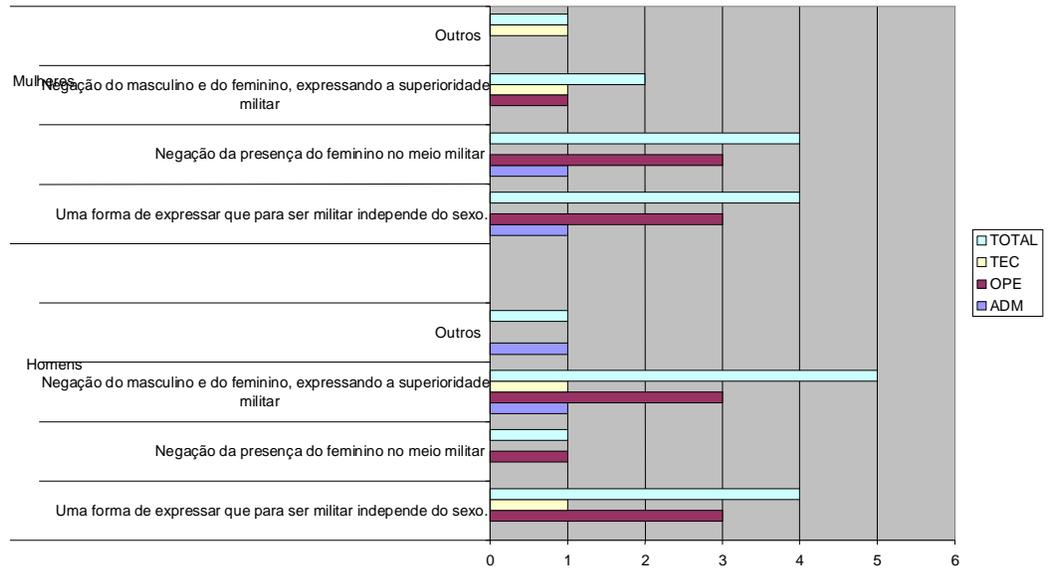
**Avaliação de homens e mulheres quanto a sua condição sexual ser ou não vantajosa a da pessoa de sexo oposto, que ocupe o mesmo posto hierárquico que o seu, nas relações de trabalho.**



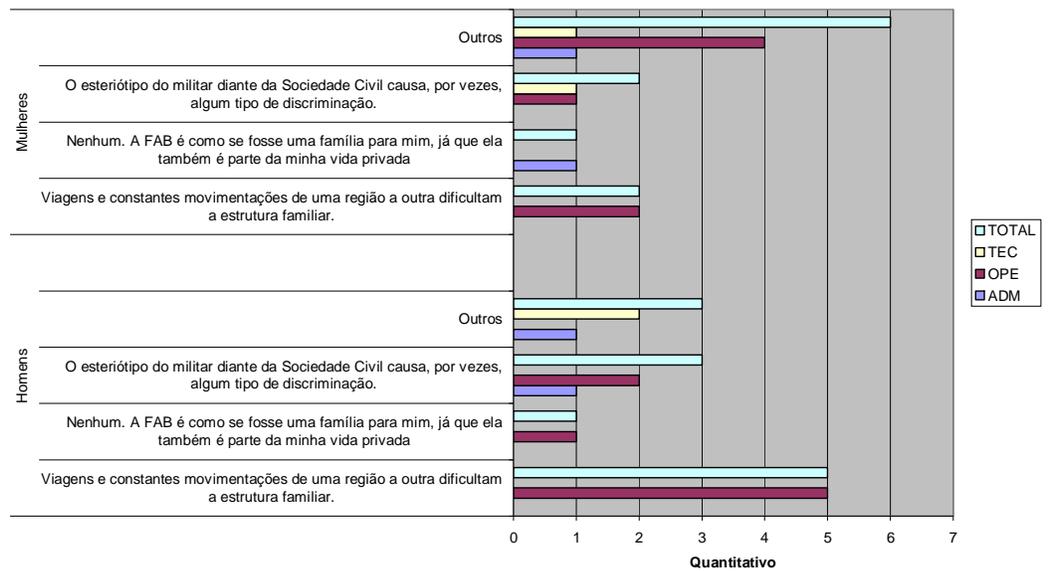
**Levantamento da opinião de homens e mulheres: Se as diferenças entre gênero dependem ou independem dos relacionamentos entre níveis hierárquicos.**



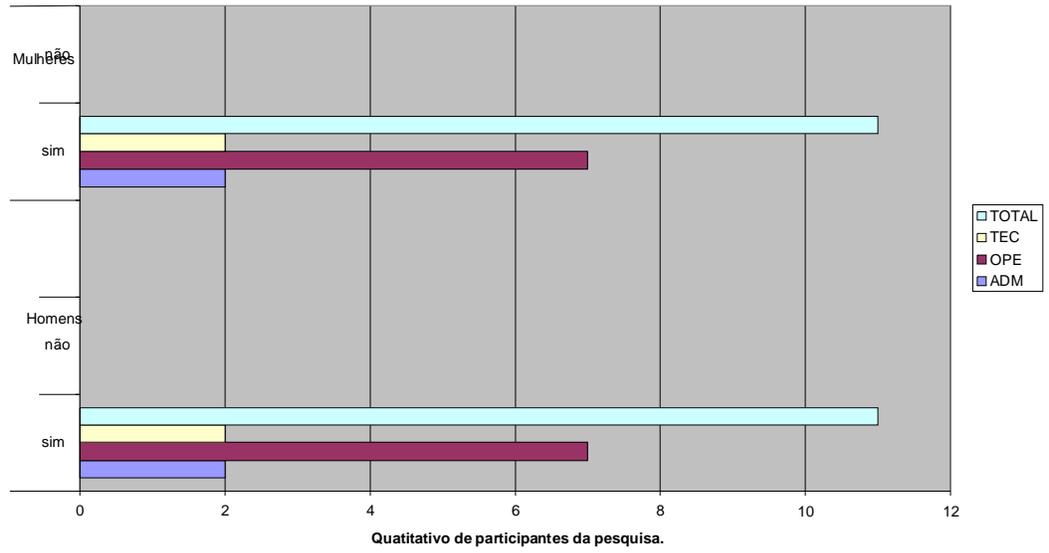
**Expressão de espírito militar para homens e mulheres, através da frase: Militar não tem sexo..**



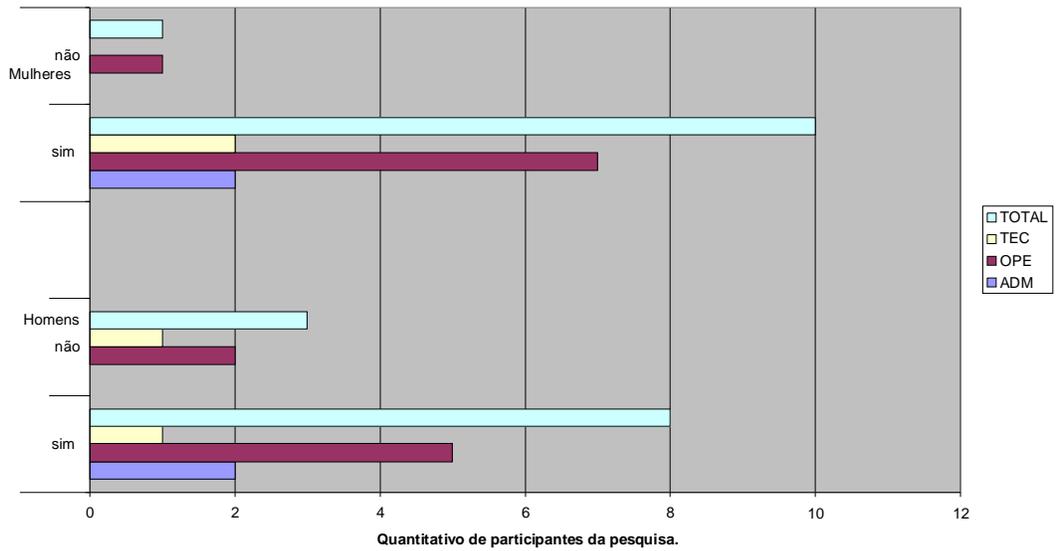
**O impacto da carreira militar para homens e mulheres.**



**Confiabilidade de homens e mulheres no trabalho da mulher em área técnica: Declararam que viajariam tranquilamente num avião cuja manutenção foi feita por uma mulher.**



**Confiabilidade de homens e mulheres ao trabalho de mulheres em atividade militar: Declaram que confiariam a segurança do COMAER a equipe de serviço chefiada por mulheres:**



**Opinião de homens e mulheres a respeito da entrada de mulheres em cargos operacionais contribuiriam ou não para o rompimento da idéia que militarismo foi feito para os homens.**

